

## 4

### **A Gênese da Política de Ação Afirmativa da PUC-Rio – Uma Parceria Entre Universidade e Movimento Social**

Os novos movimentos sociais, durante as décadas de 1980 e 1990, trouxeram para o cenário político brasileiro novos atores, antigas demandas e questões inéditas, que alteraram especialmente a dinâmica política do país. Nesse novo contexto começaram a se organizar grupos sociais com identidades definidas, seja por raça, sexo, etnia, e outros mais, que exigiam seus direitos culturais e coletivos. Entre os novos movimentos sociais se formou o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), um movimento social de educação popular voltado para a inserção de estudantes de grupos populares e discriminados. O PVNC se tornou a principal referência no campo das políticas de ação afirmativa direcionadas para a educação superior e, no ano de 1994, firmou uma parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, que começou a destinar parte de suas bolsas de estudo para alunos negros e pobres.

Neste capítulo, serão apresentados, de forma sucinta, alguns elementos que foram determinantes para a emergência dos novos movimentos sociais, mas trazendo o foco para a estreita ligação de alguns desses movimentos com a constituição das políticas afirmativas no Brasil. O objeto de análise será o Pré-Vestibular para Negros e Carentes, suas principais influências, seus limites e possibilidades enquanto núcleo central na elaboração e implementação da ação afirmativa desenvolvida na PUC-Rio.

Essa nova experiência afirmativa desenvolvida na PUC-Rio, campo empírico desta pesquisa, será apresentada na segunda parte do capítulo. O texto mostrará a gênese da política que foi desenvolvida nesta Universidade, em parceria com o Pré-vestibular, identificando quais foram seus principais atores, suas motivações e, especialmente, como se deu o processo de consolidação dessa política.

## 4.1 A atuação dos novos movimentos sociais

Para falar da gênese da política afirmativa no Brasil, deve-se dar destaque ao papel desempenhado pelos movimentos sociais na luta pela consolidação de políticas de enfrentamento das desigualdades sociais.

O Brasil viveu 21 anos sob regime militar, de 1964 a 1985, período marcado pelo autoritarismo e censura. Embora fosse uma fase de cerceamento dos direitos humanos, os movimentos sociais continuavam atuando, mesmo que de forma retraída, no campo dos direitos. Segundo Scherer-Warren (2005), foi durante o regime autoritário que surgiu um espaço em que antigos grupos de pressão passaram a se organizar “em novos moldes, como, por exemplo, o novo sindicalismo e novas associações de bairro, e novos grupos surgiram como forças políticas no seio da sociedade civil, com especial destaque para as Comunidades Eclesiais de Base e agrupamentos de pressão por elas influenciados, como os movimentos feministas, ecológicos, étnicos dentre outros” (p. 52). Mas logo após a fase de opressão estatal, no momento em que havia fortes demandas pela volta da democracia, que começaram a surgir e a se fortalecer “movimentos com características distintas daquelas do passado e que, conforme a nomenclatura internacional foram denominados por muitos de “novos movimentos sociais” (Scherer-Warren, p. 51).

Os movimentos sociais sofreram alterações e passaram a ser chamados de “novos movimentos sociais”, tendo em vista as formas originais de se organizar, articular e manifestar-se. Essas novas configurações nasceram e se entrecruzaram de forma dinâmica, especialmente ao longo das três últimas décadas do século XX, mas foi, principalmente na década de 1980, que houve uma efervescência dos novos movimentos sociais no Brasil, principalmente no período de transição democrática.

A exclusão política, econômica e cultural sempre esteve presente na história do Brasil, mas se acentuou no período da ditadura militar. Para Ilse Scherer-Warren, essa “tripla-exclusão” estava no bojo dos novos movimentos sociais. A luta contra a condição de exclusão e carência se mantinha, e o que passou a ser distinto foi a maneira como essa carência passou a ser vista: como um direito. O direito passou a ser uma categoria largamente utilizada pelos movimentos sociais.

Com relação a esta questão, Eunice Durham (1984) faz a seguinte afirmação: “a transformação de necessidade e carências em direitos, que se opera dentro dos movimentos sociais, pode ser vista como um amplo processo de revisão e redefinição do espaço da cidadania” (p. 29). Ao concordarem com Durham, com relação à atuação dos novos movimentos sociais, Paoli e Telles (2000) fazem a seguinte colocação: o que estava sendo difundido era uma nova perspectiva política: a “consciência do direito a ter direitos”.

Essa nova consciência, que transformava a carência em uma perspectiva de direito, era inovadora, principalmente, porque os direitos até então reconhecidos pelas leis brasileiras eram “importados e inoperantes”, como analisa Eunice Durham. A nova postura dos movimentos sociais passou a ser a de construção coletiva de um conjunto de direitos, ou seja, de uma nova cidadania.

Com relação à nova concepção que emergia do “direito a ter direitos”, Evelina Dagnino (2000) faz a seguinte ressalva:

“Os movimentos populares urbanos perceberam que não tinham que lutar apenas por seus direitos sociais – moradia, saúde, educação – mas pelo próprio direito a ter direitos. Como parte da ordenação social autoritária, hierárquica da sociedade brasileira, ser pobre significa não apenas privação econômica e material, mas também ser submetido a regras culturais que implicam uma completa falta de reconhecimento das pessoas pobres como sujeitos, como portadores de direitos” (p. 82).

Começou, assim, a se efetivar uma conexão entre cultura e política no interior dos movimentos populares urbanos<sup>35</sup>. Não bastava mais que as reivindicações fossem dirigidas exclusivamente para melhorias materiais, era necessário também atuar no campo da “cultura dos direitos”, que dizem respeito à consciência do cidadão a ter direito.

Essa consciência do “direito a ter direito”, que nasce de um novo movimento político, significou a ampliação da concepção de cidadania que estava restrita aos direitos civis e políticos, voltados para a liberdade e, aos direitos sociais, dirigidos para a igualdade. Entretanto, esse novo momento político iria

---

<sup>35</sup> Alvarez, Dagnino e Escobar (2000) chamam esta conexão entre política e cultura de “política cultural”. Segundo os pesquisadores, há um laço constitutivo entre política e cultura. Neste caso, “a cultura é política porque os significados são constitutivos dos processos que, implícita ou explicitamente, buscam redefinir o poder social. Isto é, quando apresentam concepções alternativas de mulher, natureza, raça, economia, democracia ou cidadania, que desestabilizam os significados culturais dominantes, os movimentos põem em ação uma política cultural” (p. 25).

requerer a inclusão dos direitos culturais e coletivos, dirigidos para questões de identidade como condição indispensável para a consolidação de uma cidadania plena. Quer dizer, a luta dos movimentos sociais pelos direitos civis, políticos e sociais, passava a ser acrescida de direitos culturais e coletivos.

Segundo Gohn (2004), surgiu, então, uma nova demanda relativa aos direitos sociais modernos. Saiu-se de um olhar exclusivamente voltado para os direitos sociais tradicionais, que eram demandas de bens e serviços, capazes de responder pelas necessidades elementares das pessoas, para uma nova perspectiva dos direitos sociais, estes mais preocupados com a questão das desigualdades étnicas, de gênero e de sexo.

Desta forma, o eixo central das lutas sociais não ficava mais restrito a questões de classe social, mas sim a novas problemáticas sociais, como discriminação de gênero, de raça ou etnia e meio ambiente, violência e direitos humanos. A diversidade de assuntos exprimia as diferentes dimensões da vida social, e esse contexto apontava para o surgimento de um “novo sujeito social”, que redefiniria o espaço da cidadania. O “novo sujeito social” se tornou a principal referência dos novos movimentos sociais, como define Gohn (2004):

“sujeito histórico predeterminado, ou com alguma vocação ou missão a desempenhar – como a categoria dos operários, por seu lugar na estrutura de produção – ou a categoria de classes populares – coletivo socialmente heterogêneo em termos da inserção no mercado de trabalho, mas homogêneo em termos de demandas sociais, modo de vida e consumo restrito. A nova referência são os novos atores sociais – mulheres, jovens, negros... –, os pobres e os excluídos (p. 288).

Sendo assim, os novos movimentos trouxeram para o cenário político novos atores, outras questões e “novos cenários sociopolíticos”. Os novos atores compunham grupos sociais que, além de exigir bens materiais, também demandavam direitos relativos ao reconhecimento de exclusão ou invisibilidade de questões raciais, de gênero, sexualidade e etnia, que produzem desigualdades que são moldadas por práticas culturais e sociais. Segundo Paoli e Telles (2000), esses pontos passam a compor

“uma agenda pública de debates, projetando na esfera política visões ampliadas de direitos e cidadania que incorporam as exigências de equidade e justiça nas dimensões societárias e culturais que afetam identidades, existência e formas de vida” (p. 108),

um período em que novas demandas e novas questões foram postas, e também um novo cenário sóciopolítico emergiu.

Foi nesses novos espaços públicos que “operários, moradores pobres, famílias sem-teto, mulheres, negros e minorias discriminadas” começaram a atuar politicamente. Esses novos sujeitos da cena pública foram reconhecidos pelas formas inovadoras de reivindicação, principalmente ao se pronunciarem sobre

“o justo e o injusto ao formular reivindicações e demandas e, nesses termos, reelaboram suas condições de existência, com tudo o que estas carregam em termos de valores e tradições, necessidades e aspirações, como questões que dizem respeito ao julgamento ético e à deliberação política” (Paoli e Telles, 2000, p. 106).

Além do mais, esses movimentos sociais fortaleceram uma perspectiva inovadora: a defesa dos direitos coletivos e culturais. A luta pelo direito dos grupos em situação de exclusão e subordinação se ampliou e se fortaleceu nas diversas esferas políticas.

É nesse novo cenário que nasceu o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), um movimento social voltado para a educação popular. Entre tantos movimentos sociais, o PVNC é uma importante representação dos novos movimentos sociais, porque traz na sua constituição a originalidade dessas organizações, que privilegiavam, nas suas ações, dois aspectos: a consciência dos cidadãos pobres e negros do direito a ter direito e uma busca pela efetivação dos direitos, neste caso, a inclusão universitária. Este é um movimento social que tem lutado pela conquista de direitos coletivos e culturais.

## 4.2

### **O Pré-Vestibular de Negros e Carentes - Uma experiência dos novos movimentos sociais**

Como vimos anteriormente, o debate acerca da desigualdade social, da luta pela igualdade e pelo reconhecimento das diferenças foi tema de diversas organizações da sociedade civil, que, já no final da década de 80 e início da década de 90, se constituíam como movimentos sociais. Essas organizações buscavam a defesa e garantia dos direitos sociais, trazendo para a sociedade uma nova perspectiva: a do sujeito de direitos contextualizado em sua história,

contribuindo especialmente com novos debates e articulações políticas em busca de elaboração e implementação de novas políticas.

Segundo a equipe de pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos da PUC-SP (NEPEDH), é incontestável o papel protagonista dos movimentos sociais contemporâneos na luta pela concretização dos Direitos Humanos:

“Organizadas em torno da afirmação de identidades ou de reivindicações particulares, as bandeiras dos movimentos sociais são, constantemente, tensionadas pela afirmação da condição de igualdade, fundada na consciência dos direitos historicamente conquistados – ainda que no plano jurídico-formal –, e pela reprodução da desigualdade econômica, política e social” (2002, p. 55).

Ainda durante as décadas de 1980 e 1990, diversos grupos, como associações de moradores, movimento das meninas e meninos de rua, movimentos ecológicos, movimento dos sem-terra, movimento negro, entre outros, se organizaram e trouxeram novas propostas de ação voltadas para a garantia de direitos diversos. Alguns se articulavam em torno da luta pelo direito à moradia, ao saneamento básico, à saúde e à terra. No campo da educação, mais especificamente na luta por um maior acesso às universidades, surgiram os Pré-Vestibulares para Negros e Carentes. Segundo a carta de princípios do PVNC:

O Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) é um movimento de educação popular, laico e apartidário, que atua no campo da educação através da capacitação para o vestibular, de estudantes economicamente desfavorecidos em geral e negros(as) em particular. Com o ensino preparatório para o vestibular das instituições públicas de Ensino Superior e outras ações, o PVNC quer ser, em caráter geral, um movimento de luta contra qualquer forma de racismo e exclusão e, em caráter específico, uma frente de denúncia, questionamento e luta pela democratização e melhoria da qualidade da educação, através da defesa do Ensino Público de qualidade em seus níveis fundamental, médio e superior, nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Para Vera Candau (2000),

“os cursos pré-vestibulares surgiram a partir das carências do Ensino Médio, com o intuito de possibilitar seus alunos a compreender melhor o que era cobrado em termos de conteúdo pelos vestibulares anteriores (...). Visando romper essa lógica, onde só os que tinham condições financeiras faziam esses cursos e tinham mais chance de ingressar na universidade, começaram a surgir – a partir dos trabalhos de ONGs, associações, pastorais e outras instituições – os chamados cursos pré-vestibulares alternativos, economicamente acessíveis e com a proposta dirigida às

classes populares de democratizar o acesso ao ensino universitário a todos aqueles que se dispusessem a nele ingressar independente de sua condição financeira” (p. 99).

A idéia da constituição de cursos pré-vestibulares para grupos socialmente desfavorecidos não é algo novo, mas remonta, pelo menos, à década de 1970, como lembra Santos (2003). O primeiro curso voltado para negros foi organizado pelo Centro de Estudos Brasil-África, no Rio de Janeiro, em 1976. A proposta se expandiu durante a década de 80, mas foi a partir de 90 que ocorreu sua maior intensificação. Para Renato Emerson,

“a maior representação foi o pré-vestibular para negros e carentes (PVNC), pelo número de núcleos que criou e congregou, e pelo seu caráter seminal – muitos cursos, mesmo que desvinculados dele, surgiram a partir da ação direta ou da influência de seus militantes, difundindo seu formato e alguns de seus princípios organizativos e ideológicos. O PVNC constituiu uma rede que chegou a articular mais de setenta cursos pela região metropolitana do Rio de Janeiro” (p. 130).

Uma das propostas iniciais do grupo de professores e alunos dos PVNCs, que ainda se mantém, é a implementação de políticas afirmativas nas universidades, tendo em vista a realidade extremamente desigual no acesso à educação superior que atinge especialmente os negros.

O primeiro núcleo do Pré-Vestibular para Negros e Carentes nasceu na Baixada Fluminense, no ano de 1993. Conforme aponta Alexandre Nascimento (2005), as discussões e articulações para a organização do primeiro núcleo do Pré-Vestibular para Negros tinham como objetivo a capacitação de estudantes para o exame vestibular da PUC-SP e das universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o site do PVNC, no ano de 1993 foi “lançada a semente” para a constituição dessa nova organização de educação popular, mas foi em 1994 que o PVNC começou a se constituir como movimento social, tendo como foco central de reivindicação a luta pela democratização da educação e contra a discriminação racial.

A força da proposta já podia ser vista na primeira turma: dos 50 alunos, sete foram aprovados – uma aluna para a UFF, de Niterói, um para UFF, da Baixada, um para a UERJ e quatro para PUC-Rio.

Conforme documento oficial do PVNC, alguns acontecimentos foram determinantes para a consolidação do movimento dos cursos pré-vestibulares para negros e carentes e, por isso, é pertinente registrar aqui esse processo:

- São Paulo: a idéia de organização de um curso pré-vestibular para negros nasceu a partir das reflexões da Pastoral do Negro, num período entre 1989 e 1992. A PUC-SP, através do Cardeal Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, concedeu bolsas de estudo para estudantes participantes do Movimento Negro e movimentos populares;
- Bahia: em 1992, através da cooperativa educacional Steve Biko, surgiu um pré-vestibular que tinha como objetivo apoiar e articular a entrada da juventude negra da periferia nas universidades;
- Rio de Janeiro: em 1986, foi criado o curso pré-vestibular da Associação dos Funcionários da UFRJ (atual SINTUFRJ), destinado a preparar trabalhadores para o vestibular. Em 1992, formou-se o curso Mangueira Vestibulares<sup>36</sup>.

As três propostas bem sucedidas serviram de estímulo e exemplo para o grupo que nascia na Baixada Fluminense. O conhecimento oriundo da experiência vivida por esses grupos servia como embasamento para os debates e reflexões do movimento, que começava a se formar.

Renato Emerson, em seu artigo “Racialidade e novas formas de ação social”, acrescenta às iniciativas citadas anteriormente algumas outras organizações que também foram fundamentais no processo de constituição do PVNC. A longa trajetória desses grupos na luta contra as desigualdades sociais e raciais foi uma importante referência para os grupos que começavam a se organizar. Algumas importantes organizações influíram fortemente no processo de constituição do PVNC, tais como:

- grupos ligados aos agentes da Pastoral do Negro (APNs), unidos à militância católica de corte racial;
- movimentos eclesiais de corte racial, como exemplo o GRENI (Grupo de Reflexão Sobre a Vida Religiosa Negra e Indígena), que tinham a

<sup>36</sup> Fonte: <http://www.pvnc.sites.uol.com.br/historicopvnc.htm>; acesso em: 11/10/2007.

participação de grupos não-católicos, com maior evidência a Igreja Metodista.

O PVNC é uma iniciativa que nasceu da parceria entre grupos religiosos católicos e não católicos, e da participação de militantes vinculados a outras organizações sociais. O que possibilitou uma articulação entre esses diversos grupos foi a luta por uma causa única, pautada, preferencialmente, pela igualdade social e racial no campo da educação. As influências eram diversas, mas a maior referência era a Pastoral do Negro da Igreja Católica. Segundo Alexandre do Nascimento (2007), em seu artigo *Universidade e cidadania*, a proposta de criação do PVNC “nasceu na Igreja Católica, a partir das reflexões sobre a educação e o negro, realizadas entre 1989 e 1992, na Pastoral do Negro de São Paulo” (p. 4). Não se pode deixar de ressaltar que a primeira experiência concreta de concessão de bolsas de estudo para estudantes negros ocorreu na PUC de São Paulo, quando foram destinadas 200 bolsas para estudantes atuantes no movimento negro<sup>37</sup>, uma experiência que não teve continuidade, mas foi uma importante inspiração na formação do PVNC.

A primeira experiência do PVNC (1993) foi conduzida por três militantes não vinculados a grupos religiosos e Frei David, de formação franciscana<sup>38</sup>. Foi uma proposta que, já na fase inicial, se dividia em duas perspectivas ideológicas distintas: uma organização baseada na autogestão, modelo utilizado pela Igreja Católica, sugerida por Frei David, que possibilitava a disseminação da idéia de forma mais rápida, e a outra perspectiva se pautava na construção de um aparato no formato de ONG. A partir dessas concepções antagônicas, surgiram grandes divergências entre os membros do próprio movimento. Entretanto, ocorreu uma primeira vitória da proposta eclesial, como salienta Emerson (2003).

O ano de 1994 mostrou o crescimento da organização do PVNC, tanto em atividades internas competentes aos “prés” quanto no estabelecimento de novas parcerias e ampliação de contatos. A expansão do movimento e a constituição de

---

<sup>37</sup> Fonte: [http://alex.nasc.sites.uol.com.br/textos/texto\\_lugarcomum17.htm](http://alex.nasc.sites.uol.com.br/textos/texto_lugarcomum17.htm), acesso em 11/10/2007.

<sup>38</sup> Segundo Renato Emerson (2003), “a equipe do primeiro núcleo contava com quatro coordenadores e dez professores. Dentre esses militantes não ligados a grupos religiosos, três se juntaram ao Frei David para constituir a coordenação do primeiro núcleo: Alexandre do Nascimento, Luciano de Santana Dias e Antônio Dourado” (p. 131).

novas parcerias se deu através da própria estratégia de trabalho, chamado por Renato Emerson (2003) de “formato eclesial”, método de ação utilizado pelo PVNC. O “formato eclesial” foi a forma de trabalho escolhida pelo grupo então hegemônico, liderado por Frei David, baseado nos preceitos da autogestão, “modelo utilizado pela Igreja Católica em suas ações sociais” (Emerson, 2003, p. 131), que privilegiava a ação em rede. Desta forma, a organização do PVNC, ao buscar sua expansão, amplia suas articulações com outras instituições, principalmente com as organizações da Igreja Católica.

Baseando sua ação no modelo católico de rede, o PVNC se expandiu e se consolidou, sobretudo através de dois campos de atuação:

- *nos espaços físicos cedidos pelas Igrejas, para a formação de novos núcleos de pré-vestibulares.* O “grupo eclesial” fez importantes articulações com outras organizações religiosas, o que possibilitou a ampliação dos núcleos e o fortalecimento de uma rede de contatos institucionais com capacidade de cessão de espaços. Ficou, assim, impressa “fortemente sua marca ao conjunto: dos seis núcleos que começaram a funcionar já no início de 1994, cinco utilizavam espaços de igrejas ou colégios religiosos, com apoio de lideranças eclesiais (...), o que ampliava o leque de organizações envolvidas” (Emerson, p. 132); e
- *estabelecendo parceria com a PUC-Rio, que passou a garantir a inserção dos alunos oriundos do PVNC aprovados no vestibular.* Esta parceria contribuiu com a ampliação do movimento, ao garantir a concessão de bolsas de estudo integrais. Nasceu daí uma política de ação afirmativa pioneira no campo da educação superior. É importante ressaltar que um dos pontos que favoreceu a consolidação de uma parceria entre PVNC e a PUC-Rio foi a semelhança das propostas de instituições afins.

O segundo ano de formação do PVNC, 1994, foi fundamental para a PUC-Rio, que começou a receber seus primeiros alunos oriundos do pré-vestibular, como será visto mais adiante. Também foi marcante para o processo de constituição do próprio PVNC pelo reordenamento das suas forças políticas, que

apontava para uma nova configuração: havia um aumento do número de núcleos e também das articulações entre o “Pré” e outros movimentos organizados. O PVNC começou a se estabelecer como Movimento Social de Educação Popular. Como lembra Nascimento, um de seus criadores,

“foi um ano de crescimento, de adesão de novos núcleos, de muitas articulações, debates, conflitos e criação de novos espaços de discussão e deliberações coletivas: a Assembléia Geral, as equipes de reflexão racial e pedagógica, o jornal, as aulas de Cultura e Cidadania” (2005, p.5).

O crescimento e ampliação da rede fizeram com que a organização do PVNC passasse a sofrer distintas interferências políticas e ideológicas, capazes de influenciar na constituição da própria organização do movimento social.

“Inicia-se uma hierarquização simbólica do movimento, com a entrada de militantes com experiências e capitais acumulados em outros movimentos, que multiplicam os interesses em jogo, e com isto passam a ser criadas novas esferas e arenas de disputa” (2003, p. 133).

Com o alargamento do grupo, novas idéias e concepções passaram a fazer parte dos espaços de debate e construção de política do movimento: num mesmo grupo, havia muitas idéias e concepções divergentes.

Com relação às disputas internas de poder, surgidas desde o início da organização do PVNC, o movimento foi capaz de sobreviver a vários conflitos ocorridos ao longo da sua constituição. Nas assembleias e reuniões realizadas por seus membros, emergiam uma diversidade de concepções. Esses espaços passaram a se constituir como campo de disputa, no qual eram evidenciados desacordos, estabelecidos outros acordos e onde eram tomadas as decisões. Para Emerson,

“em torno desses embates onde as divergências eram explícitas, orbitavam outras discussões, mais amenas, em torno das quais se construíam consensos que serviam de argamassa simbólica ao movimento. A principal discussão a ganhar esse tom foi a questão racial (...)” (p. 133).

Isso não significou, entretanto, que o debate sobre a questão racial, inclusive com relação à própria denominação do pré-vestibular, tenha se dado de forma consensual.

Alguns acordos estabelecidos se transformaram em idéias fundamentais para a identidade do movimento, conferindo um caráter inovador, mobilizador e transformador para o Pré-Vestibular para Negros e Carentes. Entre os vários acordos constituídos pelo grupo, houve dois pontos fundamentais, estabelecidos pelo “coletivo”, responsáveis pela singularidade da ação desenvolvida pelo PVNC. O primeiro ponto fundamental é a questão do que se chamou de a *força da identidade* do movimento e o segundo foi a inclusão da *disciplina de Cultura e Cidadania* na grade curricular. Foram elementos fundamentais para o processo de crescimento e consolidação do movimento, que se fortaleceu na Baixada Fluminense e se ampliou nos diversos bairros da cidade do Rio de Janeiro.

A força da identificação trouxe para a sociedade de modo geral, alguns aspectos inovadores e originais. O primeiro se refere à presença de uma nítida identificação, na própria denominação de um pré-vestibular: “para negros e carentes”, uma forma de reconhecer e ser reconhecido, pouco usual no Brasil, principalmente com relação ao tópico racial. Fica nítida uma proposta educativa de corte racial e social. O segundo aspecto se dá com relação ao nascimento de um curso pré-vestibular popular, que nasce devido à insuficiência dos conteúdos oferecidos nos ensinos Médio e Fundamental, voltado para aprovação de estudantes da periferia no vestibular.

A nitidez de sua identidade, “Pré-Vestibular para Negros e Carentes”<sup>39</sup>, presente desde seu nome, mostrou à sociedade a necessidade de formar cursos preparatórios dirigidos a determinados grupos que não tiveram a oportunidade de freqüentar uma universidade. A existência de sujeitos pertencentes a classes populares, de raça negra e/ou afro-descendentes, e outras minorias que estão excluídas dos bancos universitários era uma realidade até então pouco visível. A denominação Pré-Vestibular para Negros e Carentes mostra, de forma evidente, a finalidade da organização: preparar exclusivamente jovens negros e pobres para serem aprovados no vestibular e cursar universidades com valor reconhecido. Como define Renato Emerson, “os pré-vestibulares são, portanto, ‘instrumento

---

<sup>39</sup> A escolha do nome Pré-Vestibular para Negros e Carentes, criado em 1993, se tornou oficial somente em 1994, em Assembléia. A escolha é resultado de negociação. “O que estava em jogo não era o nome em si, mas a hegemonia na condução dos rumos do movimento. Nesse contexto, a questão racial ganha *status* de dimensão construtiva consensual, e o conhecimento sobre a temática passa então a conferir autoridade a seus portadores” (Emerson, p. 134).

privilegiado de capilarização social da luta anti-racismo, fundamentais para a legitimação e construção de ações afirmativas voltadas para a promoção dos negros neste país” (2003, p. 152). Um pré-vestibular cujo nome retrata a desigualdade social e racial e que propõe a inclusão de grupos sociais excluídos é uma idéia inovadora.

A força dessa identificação provocou grandes mudanças na vida dos alunos. Os estudantes do PVNC começam a se reconhecer segundo suas identidades raciais, étnicas, regionais e sociais, e passam a se identificar com o próprio grupo.

O aluno ou ex-aluno de pré-vestibular popular deixou de ser um “estudante comum”, morador da periferia do Rio de Janeiro, e passou a fazer parte de um grupo com uma identidade definida, baseada numa proposta de participação militante. O nome do pré-vestibular passou a ser a identificação de uma determinada “coletividade”. A partir daquele momento, os alunos que almejavam ingressar na universidade faziam parte do “pré-vestibular para negros e carentes”, o que contribuiu para a identificação e para o sentimento de pertencimento a um determinado grupo, constituído por negros, afro-descendentes e/ou pobres.

Entretanto, essa identidade tão inovadora provocou, e ainda provoca, muitos impactos, principalmente quando se fala em educação. Uma identidade tão específica, alunos negros e carentes, é algo inusitado quando nos referimos ao campo da educação, onde costuma-se considerar o aluno um sujeito com características bastante homogêneas. O aluno que faz parte do imaginário da sociedade moderna tem uma identidade essencialmente genérica: o aluno do Ensino Médio; da escola pública; o aluno fraco e o forte; ou o estudante da escola de determinado nome, mas um aluno cuja identidade principal é o de ser “negro e carente” é uma realidade ainda inovadora e geradora de muito impacto, como veremos mais à frente.

O segundo aspecto fundamental que fortaleceu essa nova identidade de estudantes da periferia foi a consolidação da disciplina Cultura e Cidadania, criada em 1994, que contribuiu para a formação de um aluno preocupado com as causas sociais e preparado para refletir sobre as questões sociais. Além das disciplinas que são cobradas no vestibular, o aluno teria uma aula voltada para questões como cidadania, racismo, política e direitos humanos. Essa proposta surgiu em decorrência dos debates realizados pelo próprio grupo, que via, na ação pedagógica, um caminho para educação popular. A disciplina serviria como eixo

articulador “entre a preparação do vestibular, a conscientização política e a busca de uma proposta pedagógica adequada à realidade e aos interesses dos segmentos sociais envolvidos no PVNC” (Emerson, R., p. 134). O aluno então, não deveria ser preparado, unicamente, para a aprovação no vestibular, mas para ser um sujeito participativo, agente de transformação e militante pela causa dos direitos das classes populares.

A diferença mais marcante estava no(a) aluno(a) que passava a ter uma identidade e que não estava mais isolado(a) em sua comunidade, bairro, etc. Ele e ela, então, faziam parte de um novo grupo que tinha uma identidade própria e formava-se, assim, um coletivo fortalecido. Esse sujeito passou a compreender a luta por vagas nas universidades públicas e privadas como uma luta pela cidadania e não mais como favor dado a alunos pobres. A conquista de bolsas de estudo nas universidades passou a ser vista pelos alunos dos PVNCs como um direito historicamente negado, e que, através da luta política, seria possível resgatá-los. Fortalecia-se, assim, a perspectiva dos novos movimentos sociais, baseados no princípio de “o direito a ter direito”. Como vimos no capítulo anterior, esse é um novo grupo que chegou se fortalecendo e ocupando os bancos universitários, propriedade até pouco tempo exclusiva da classe média e da elite brasileira.

Segundo Vera Candau (2000),

“o Pré-Vestibular para Negros e Carentes constitui-se em uma experiência educacional que busca inserir na universidade alunas/os que, por conta própria, dificilmente o conseguiriam devido aos processos excludentes que têm sofrido ao longo de suas histórias individuais e sociais. Sem dúvida alguma o PVNC é um importante veículo no sentido da inclusão das classes marginalizadas historicamente, como os negros e os grupos populares de baixa renda” (p. 284).

Os PVNCs passaram a se fortalecer através da luta pela garantia ao acesso dos negros e carentes aos bancos universitários. Esse movimento atua, até hoje, de forma política numa perspectiva de garantia do direito à educação superior. O grupo se ampliou e sua rede já atinge diversos locais do Rio de Janeiro, totalizando, no ano de 2007, 23 núcleos, que atuam na inclusão de jovens das classes populares nas universidades.

Outra importante referência como organização de pré-vestibulares populares é a Educafro, Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes<sup>40</sup>. A Educafro nasceu de uma dissidência do PVNC. Os conflitos internos do PVNC, provocados por divergência com relação à direção política e pedagógica que estava sendo tomada, chegou a provocar a divisão do grupo da direção. Com a crise instaurada, Frei David se afastou e organizou uma nova rede de curso de pré-vestibulares para negros e carentes.

Conforme o *site* oficial da organização, a Educafro é uma obra social responsável por uma rede de cursos pré-vestibulares comunitários que atinge o Rio de Janeiro e São Paulo e que tem como objetivo lutar por políticas públicas e ações afirmativas voltadas para negros e carentes. Seu principal responsável é Frei David Raimundo dos Santos. A Educafro totalizou, no ano de 2007, 260 núcleos e tem cerca de 13.000 alunos.

Além das experiências citadas anteriormente, temos, hoje, um grande número de cursos já consolidados, conhecidos como pré-vestibulares “populares” ou “comunitários”, voltados para estudantes das classes populares. Os cursos voltados para preparação de jovens oriundos de classe popular ou com um corte racial para as universidades foram se ampliando ao longo da década de 90 e continuam a se expandir.

Os chamados pré-vestibulares populares ou comunitários nasceram sob antigas ou novas orientações<sup>41</sup>. O número de núcleos vem se ampliando e constituindo uma ampla rede de educação popular. Os pré-vestibulares populares se localizam numa variada gama de locais, tais como: organizações não-governamentais das comunidades de baixa renda, como o CEASM (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré), em igreja metodista (Associação da Igreja Metodista), em escolas públicas (CIEP Geraldo Reis – Pré-Vestibular Zumbi dos

---

<sup>40</sup> A Educafro – Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes –, rede de cursos pré-vestibulares comunitários, é uma obra social do Sefras – Serviço Franciscano de Solidariedade, departamento da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, associação da sociedade civil, sem fins lucrativos. Sua finalidade maior é assessorar os núcleos pré-vestibulares comunitários, inseridos em outros estados, como: Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. Os universitários beneficiados pelo projeto estudam em faculdades particulares, com bolsas de até 100% de isenção, e públicas no território nacional. Também existem universitários do Educafro em Cuba. Ver: <http://www.franciscanos.org.br/sefras/educafro>, acesso em 10/03/2008.

<sup>41</sup> Candau aponta para o crescimento do número de pré-vestibulares alternativos, que não são considerados PVNCs, embora tenham, nitidamente, se constituído sob sua influência: “o que determina se um pré-vestibular alternativo é ou não mais um núcleo do PVNC é por um lado o respeito às regras explícitas na carta de princípios que norteiam o movimento e por outro sua ligação com o mesmo, através de sua estruturação interna em função da participação em reuniões e assembléias específicas (Candau, 2000, p. 102).

Palmares), em igrejas católicas (Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Pompéia – Pré-Vestibular Comunitário), e, instituição religiosa (Irmãs da Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo), em sindicato (Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais do Rio de Janeiro – SINTUPERJ)<sup>42</sup>.

Há redes que se expandiram e se diversificaram a partir da mesma idéia. A idéia que se iniciou em Salvador, São Paulo e na Baixada Fluminense tem se espalhado por diversos bairros e periferias, e hoje aglutina um grupo expressivo de estudantes do Ensino Médio que sonham cursar a faculdade. A meu ver, o que confere autenticidade ao pré-vestibular de cunho popular-comunitário são os grupos que têm sido capazes de manter sua ação pautada na perspectiva transformadora e emancipatória, independentemente de pertencimento a outra organização social.

Segundo Alexandre Nascimento, o que caracteriza um pré-vestibular popular é um curso que tem o compromisso de ir além dos conteúdos exigidos no vestibular e agir em questões referentes a aspectos políticos e econômicos, raciais e culturais, e, assim, atuar na construção de uma nova consciência. A partir desta constatação, o que identifica um pré-vestibular popular é não só o grupo que tem como finalidade a capacitação de estudantes para concorrer ao vestibular, mas, também, a preocupação de formar sujeitos preocupados com as questões sociais e que sejam agentes de transformação social, diferentemente de um pré-vestibular com viés comercial.

Entretanto, hoje em dia, muitos “prés” vêm se desvinculando dos fundamentos originais estabelecidos pelos primeiros grupos, o que contribui para que haja uma efetiva desarticulação entre os grupos e participantes. Emerson reafirma esse problema, especialmente com relação à negação do protagonismo da questão racial, um elemento simbólico dos pré-vestibulares populares e, também, uma das principais referências na constituição dos PVNCs. Isto se deu devido à luta de posições internas do próprio PVNC, conflitos que foram responsáveis pela perda da dimensão política e da problemática racial em um grande número de núcleos. Como ele mesmo relata, “tal percurso é patente nas trajetórias de

---

<sup>42</sup> Os exemplos e o quantitativo de núcleos de pré-vestibulares populares foram adquiridos na listagem de instituições cadastradas para isenção de taxa de inscrição dos alunos para o vestibular da UFF, ano de 2008. Ver <http://www.coseac.uff.br/2008/isencao/cadastro/cadastradas.htm>, acesso em 13/10/2007.

diversos núcleos, que, quando se desvinculam da rede PVNC, passam a negar a questão racial como uma das bandeiras fundantes do curso” (Emerson, 2003, p. 150).

Muitos núcleos de pré-vestibulares populares têm se distanciado de alguns de seus elementos fundamentais: a força da identidade “negros e carentes”, a inclusão da disciplina de Cultura e Cidadania, o trabalho voluntariado e a atuação em rede que davam um caráter distintivo entre o pré-vestibular popular e um pré-vestibular comercial.

O projeto inicial, baseado numa perspectiva da formação de um aluno-militante, vem sofrendo vários desgastes. Entretanto, isso não tem significado o término de uma proposta, mas retrata uma nova conjuntura, que, mesmo sofrendo alterações, ainda é capaz de aglutinar um grande número de alunos e lutar pela inclusão, nas universidades, de determinados grupos sociais que vivenciam situações de exploração, discriminação e dominação. A expansão dos pré-vestibulares populares e suas inúmeras propostas de ação não retiram o valor do trabalho dessas organizações, mas torna mais complexa a compreensão desses cursos.

### **4.3 Política de ação afirmativa – A experiência da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro**

A PUC-Rio vem implementando uma política de ação afirmativa desde 1994, com o objetivo de favorecer o acesso de camadas populares aos cursos de graduação, prioritariamente estudantes negros(as) e economicamente desfavorecidos. O Programa nasceu de um convênio estabelecido entre a Universidade e o Pré-Vestibular para Negros e Carentes. O aluno do PVNC, quando aprovado no vestibular da PUC-Rio, recebia uma bolsa de estudo chamada bolsa de ação social, que o/a possibilita cursar a Universidade com uma bolsa de estudo integral.

A política de ação afirmativa da PUC-Rio vem sofrendo algumas modificações ao longo de sua história. Ela se iniciou de forma precária e tímida, e vem sofrendo alterações com o tempo. No início era um programa voltado, exclusivamente, para concessão de bolsas de estudo, mas se ampliou, ao longo do

tempo, passando também a atuar em outras frentes de apoio ao estudante. Hoje, o programa atua em dois âmbitos: na concessão de bolsas de estudo integrais e gerenciando algumas formas de apoio, voltadas para a permanência do aluno na Universidade.

Uma política desenvolvida ao longo de mais de uma década retrata os caminhos percorridos por múltiplos atores e diferentes instituições. Esta experiência tem sido uma referência quando o tema tratado é política de ação afirmativa no campo da educação superior. Entretanto, o que se conhece em alusão ao programa, mais especificamente sobre seus mecanismos de constituição, são informações ainda muito incipientes, tendo em vista seu curto período de existência. A seguir, buscaremos compreender melhor como tudo começou.

#### **4.4**

#### **A gênese da política de ação afirmativa da PUC-Rio – Uma experiência contada pelos seus implementadores**

A Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro vem, ao longo de sua história, desenvolvendo uma política de concessão de bolsas de estudo. Essa prática vem sofrendo novos direcionamentos ao longo dos anos, especialmente a partir da década de 1960, e, hoje, aparece como um programa essencial da Universidade. Inicialmente, a doação de bolsas de estudo era uma atividade que se caracterizava como uma ajuda oferecida a pessoas que, por razões diversas, não podiam pagar seus estudos ou, por direito, estavam isentos de pagamento. A concessão de bolsa era uma atividade pontual, que atendia a determinados indivíduos oriundos de classes populares ou não. As bolsas eram destinadas a atender a vários perfis e diversas solicitações, como filhos de professores, alunos pobres, alunos de classe média, dentre outros.

Clara Milman (1993), em seu estudo sobre alunos bolsistas da PUC, mostra que foi no anuário da PUC de 1960 que se declarou, pela primeira vez, a prática de doação de bolsas de estudo por parte da Universidade. O documento certifica que “para servir à comunidade, a Universidade Católica concede bolsas de estudo a alunos capazes e de reconhecido merecimento no curso secundário que, entretanto, não possam arcar com as despesas de um curso superior”. Nesse primeiro ano, foram concedidas 76 bolsas, entre bolsas parciais e integrais. Essa

postura da Universidade tinha por objetivo contribuir para “o progresso do país, ajudando a juventude estudiosa a realizar suas possibilidades vocacionais e profissionais” (Milman, 1993, p. 59). As primeiras iniciativas apareciam de modo ainda pouco sistematizado.

A partir da década de 1970, as bolsas de estudo da PUC-Rio começaram a sofrer algumas adequações, passando a ser chamadas de “bolsa rotativa-reembolsável”. O aluno, ao término do curso, reembolsaria à Universidade e o pagamento seria revertido, a um novo aluno. A mudança ocorreu na própria diretriz da proposta, que pretendia ter um cunho menos assistencialista. Segundo Márcio Souza, o novo direcionamento se pautou na seguinte perspectiva: “abandonar o processo paternalista até então adotado na concessão de bolsas, passando-se para um processo educativo” (2004, p. 26).

Mas foi na década de 1990, com a nova lei da filantropia, que a política de bolsas da PUC, sofreu maiores alterações. Segundo Márcio de Souza (2004), com a nova legislação (lei nº 8742, de 1993), o programa de bolsas da PUC teve de sofrer um processo de reorganização. As bolsas de estudo passaram a ser denominadas Bolsas PUC, com diversas modalidades: Bolsa Coral, Bolsa de Funcionários, Bolsa de Ação Social.

Nesse processo de mudança ocorrido na década de 90, o que mais chama a atenção é o nascimento de uma nova modalidade de bolsa: as chamadas bolsas de ação social. A bolsa de ação social surgiu com a finalidade de atender, especificamente, aos alunos do PVNC, embora abrangesse, mesmo que em menor escala, outras organizações sociais<sup>43</sup>. Esse é um programa voltado para as camadas populares, com a seguinte peculiaridade: esses alunos deveriam estar integrados a projetos de ação comunitária. Nascia, então, uma nova identidade do aluno bolsista da PUC: um aluno economicamente carente e com compromisso social.

As mudanças ocorridas no programa de bolsa de estudo da PUC, ao longo das últimas décadas e, mais especificamente na década de 90, são bastante visíveis. Entretanto, é a legitimação da concessão de bolsas direcionadas exclusivamente para alunos pobres e negros que torna o fato mais inusitado. A

---

<sup>43</sup> Segundo encontro realizado com a assistente social da Vice-Reitoria Comunitária da PUC-Rio, Clara Milmam, o programa de Bolsa de Ação Social nasceu para atender aos alunos do PVNC.

PUC-Rio passou, assim, a receber alunos moradores das periferias do município do Rio de Janeiro ou de outros municípios, moradores de favela, lideranças políticas, representantes de associações de moradores, e ativistas de movimentos populares, a maioria alunos do PVNC. O que antes era uma prática pontual se transformou numa política universitária. Segundo o professor Augusto Sampaio, Vice-Reitor Comunitário da PUC-Rio, o que era inicialmente uma proposta de algumas pessoas da universidade passou a ser *uma prática institucional da PUC*:

*Antes já havia alunos pobres. Com certeza, tinha muita gente (...) de comunidade estudando aqui, mas chegavam aqui por outro motivo. Faziam matrícula e o patrão pagava se era filha de uma doméstica, ou a patroa. Um dia ele aparecia aqui pobre, morava na favela e aí a gente dava bolsa. Era uma coisa esporádica, pontual, não era uma política sistemática<sup>44</sup>.*

Padre Jesus Hortal Sánchez, S.J., reitor da PUC, por sua vez, ressalta a mudança de orientação na concessão das bolsas:

*Sempre tivemos uma porcentagem bastante alta de alunos bolsistas, mas quando começou um pouco mais, digamos assim, o movimento da consciência negra, fomos procurados pelo Frei David dos Santos, que estava começando a organizar vestibulares comunitários para alunos carentes. Essa nos pareceu que era uma política correta. Não simplesmente dar de graça por isto ou por aquilo, mas para as pessoas que se esforçam, para pessoas que mostram que tem mérito próprio. Claro que simultaneamente isso foi um apoio a certos segmentos da população. Por isso começamos a dar bolsas para os vestibulares de negros e carentes organizados pelo Frei David<sup>45</sup>.*

Assim, um programa com uma direção definida, voltado para alunos negros e pobres, nasceu na PUC do Rio de Janeiro. Uma proposta que se originou da soma de ações desenvolvidas por determinados sujeitos da Universidade e, também, de outros espaços institucionais, significando uma nova maneira de se pensar na política de bolsas da PUC-Rio, como ressalta o Padre Reitor acima.

---

Clara faz o seguinte registro: “o programa de bolsa ação-social iniciou-se com o projeto do PVNC, oficialmente foi assim que ele iniciou. A partir daí é que passou a existir a Bolsa de Ação Social”.

<sup>44</sup> A entrevista com o professor Augusto Sampaio foi realizada na PUC-Rio, em 11/09/2006.

<sup>45</sup> A entrevista com o Reitor Padre Jesus Hortal Sánchez, S.J., foi realizada na PUC-Rio, em 23/08/2006.

#### 4.4.1 A firmação de um programa

O programa da PUC-Rio se efetivou em 1994, quando se estabeleceu um acordo entre a PUC-Rio e o Pré-Vestibular para Negros e Carentes, o PVNC. Esse momento inicial, que chamo de “primeiro passo”, dado no processo de consolidação da política afirmativa desenvolvida na PUC-Rio, se deu a partir da ação de três atores: Frei David, padre franciscano responsável pelo Pré-Vestibular para Negros e Carentes; Padre Edenio Valle, da Congregação Verbita, responsável pela mediação e que, na época, era presidente da Conferência Nacional dos Religiosos do Brasil (CRB); e o reitor da PUC-Rio, Padre Jesus Hortal.

Padre Edenio Valle, como presidente da Conferência dos Religiosos Brasileiros, enviou uma carta ao Padre Jesus Hortal, já reitor da PUC-Rio, apresentando o programa de Frei David e solicitando a esta Universidade a concretização de uma parceria direcionada para a concessão de bolsas de estudo para alunos do Pré-Vestibular para Negros e Carentes. Como lembra Augusto Sampaio, ao receber a carta do reitor:

*Perguntei: “Reitor posso tocar isso?”. “Pode”, respondeu ele. Surgiu aí. Acho que nesse momento, a PUC instituiu o programa de bolsa de estudo para estudantes carentes de baixíssima renda (...).*

E Frei David:

*O Padre Edenio Vale disse: “Faça uma carta dirigida a mim. Aí eu pego sua carta, vou fazer outra (...) dirigida ao reitor da PUC”. Eu fiz a carta para ele, ele pegou a carta e fez outra encaminhada ao reitor da PUC. E eis que o Reitor viu com simpatia: “Não, não, não... Manda vir. Manda eles fazerem o vestibular, sim, e, ao passar, a gente vai encaminhando”<sup>46</sup>.*

A partir deste documento, concretizou-se a parceria. Esse passo foi fundamental no processo de implementação de um programa mais direcionado, legitimando uma ação efetiva, voltada para inclusão de alunos negros e pobres na Universidade. A nova parceria que se estabeleceu (PUC-Rio e PVNC) demarcou, então, o início do processo de materialização dessa proposta na PUC-Rio, que se constituiu e foi legitimada por membros da própria Igreja Católica. Isto não

<sup>46</sup> A entrevista com Frei David foi realizada no Mosteiro de Santo Antônio, no Rio de Janeiro, em 24/08/2006.

significa que a idéia nasceu na ou da Universidade. Ela foi uma resposta aos anseios dos movimentos sociais populares, mais especialmente daqueles vinculados à Igreja Católica, que pôde se materializar no espaço acadêmico.

#### 4.4.1.1

#### **A influência dos movimentos sociais católicos na concepção da política afirmativa da PUC-Rio**

O protagonismo dos movimentos sociais na luta pela implementação de uma política afirmativa no campo da educação superior aparece de forma explícita na experiência da PUC-Rio e na tentativa com a PUC-SP. É importante salientar que a primeira tentativa de Frei David para implementação de um programa afirmativo de inclusão de estudantes negros e pobres nas universidades nasceu do movimento Católico de São Paulo. A proposta inicial foi dirigida para a PUC de São Paulo, mas o projeto foi recusado pelo reitor daquela universidade<sup>47</sup>.

O movimento social protagonista dessa política no Rio de Janeiro foi o Pré-Vestibular para Negros e Carentes, sendo seu principal representante Frei David. O PVNC foi um movimento catalisador das idéias e propostas de vários outros movimentos sociais – vinculados à causa negra e, principalmente, ligados à Igreja Católica –, que lutavam pela inclusão de determinados grupos sociais nas universidades. Quando perguntado sobre a gênese do PVNC, Frei David faz o seguinte registro:

*A intuição nasce em 1986, a intuição ganha corpo em 1988, quando foi comemorado o centenário da lei áurea, quando a igreja católica do Brasil assumiu para refletir o tema da fraternidade e o negro. A intuição ganhou corpo em 1988 e se transformou em pré-vestibular em 1991. A decisão foi em 1991, a organização em 1992, e o início da execução em 1993.*

Embora não seja objeto deste estudo analisar a gênese do PVNC, é importante fazer referência a alguns elementos desta história, tendo em vista a contribuição das organizações da sociedade civil na formação do PVNC, que conseqüentemente, influíram na história do programa de bolsas de estudo da PUC-Rio.

---

<sup>47</sup> A proposta de concessão de bolsas integrais para alunos negros para PUC-SP foi aprovada pelo Cardeal de São Paulo, que prontamente encaminhou uma carta ao Reitor daquela universidade,

Geralmente, uma nova política se forma a partir da atuação de diversos atores e instituições. No caso da PUC-Rio, não foi diferente, pois houve um intenso trabalho desenvolvido por padres e leigos em prol da inserção de grupos minoritários nas universidades, ainda anterior ao próprio PVNC. A atuação desses militantes é tão importante que, segundo Frei David, a verdadeira origem da proposta afirmativa implementada na PUC-Rio é mesmo anterior à constituição do PVNC. Ela nasceu a partir da ação de grupos católicos, principalmente da Pastoral do Negro e da CRB do Rio de Janeiro. Como ele afirma em sua entrevista:

*O nascer (do projeto) foi um grupo de pessoas: foi a Pastoral do Negro, da Igreja Católica, a grande gestora dessa possibilidade. Foi também a comissão de religiosos e seminaristas e padres negros da CRB, do Rio de Janeiro, (...) porque os religiosos foram os principais protagonistas nesse trabalho inicialmente: (...) Mãe Luciana, Sérgio Marques, William e vários outros religiosos, Regina, Mãe Rita. Havia muitos religiosos no início.*

A Ação da Pastoral do Negro (APN) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) merecem, aqui, destaque<sup>48</sup>. As CEBs e as APN eram grupos constituídos por sacerdotes e leigos, preocupados com a realidade dos “mais pobres” e, especificamente no caso da Pastoral do Negro, com a realidade do “povo negro”. Foram bastante atuantes nas décadas de 1970 e 1980. Entre tantos participantes, estava Frei David e outras pessoas, algumas citadas acima, que foram fundamentais para o nascimento do projeto.

Segundo Geraldo Rocha (1998), as APNs nasceram influenciadas pela Teologia Latino Americana da Libertação e marcadas por três características básicas: a) como “questão de fundo” estava a pergunta: “Como ser Cristão num mundo de miseráveis?” Esta demanda estimulava o confronto das idéias de fé e das injustiças feitas aos pobres; b) essa nova inquietação estava associada à valorização da experiência comunitária, uma ação contextualizada, voltada para o processo de libertação do “povo oprimido”; e c) o compromisso com os empobrecidos. Mas o que é relevante e inovador nesse novo contexto é a própria

---

solicitando sua adesão. Entretanto, conforme é dito por Frei David: “o reitor da PUC-SP simplesmente engavetou a carta”.

<sup>48</sup> Os Agentes da Pastoral do Negro (APNs) foi um grupo que se fortaleceu no contexto dos movimentos sociais, apoiados na ação pastoral da Igreja, principalmente, nas Comunidades Eclesiais de Base. “Os grupos negros ressurgiram na Igreja a partir desta tomada de consciência de pessoas participantes nas CEBs” (Rocha, 1998, p. 69).

proposta teológica, que foi dirigida à causa negra: um novo olhar que começou a se fortalecer dentro da Igreja e nas comunidades de base. Como define bem o autor, essa perspectiva nasceu a partir do seguinte contexto: “a descoberta da negritude vai fazer com que os Agentes de Pastoral Negros redimensionem as suas lutas no contexto dos empobrecidos. Não são mais, simplesmente, pobres, mas são pobres-negros, mais pobres dentre os pobres” (p. 132).

Outra importante referência, também citada por Frei David, foi a Campanha da Fraternidade, de 1988<sup>49</sup>:

*Como é que nasceu este programa: em 1986, quando começamos a discutir a questão do negro na Igreja e na sociedade, é que começamos a lutar para que a Igreja Católica assumisse como campanha da fraternidade de 1988 o tema ‘A Fraternidade e o Negro’. Naquele ano discutimos muito sobre a exclusão do negro nas universidades, e um item desta exclusão discutida por nós foi a exclusão do negro das universidades católicas.*

Sendo assim, pode-se observar que a idéia do pré-vestibular nasceu influenciada pela organização católica, principalmente dos grupos que defendiam uma “fé libertadora” e comprometida com a transformação da situação de exclusão vivida pelo “povo negro-pobre”. A formação do PVNC estaria diretamente ligada a estes dois aspectos: a nova política da Igreja Católica e a consciência da desigualdade racial, uma vez que a concepção do PVNC nasceu sob a influência de organizações católicas preocupadas com a questão racial.

Mas o programa de ação afirmativa teve início, com a firmação de uma parceria, especificamente, a partir da atuação do PVNC. A parceria uniu dois espaços sociais distintos: de um lado, uma instituição de ensino, a PUC-Rio, e, do outro, um movimento social que reivindicava demandas específicas de acesso ao Ensino Superior. Estas foram duas intenções que, ao se unirem, se transformou em um projeto social, voltado, exclusivamente, para a inserção de dois grupos historicamente excluídos do Ensino Superior: o aluno pobre e o aluno negro. Isso é confirmado pelo Padre Reitor, que, quando perguntado sobre o início do

---

<sup>49</sup> Segundo Frei David (2007), foi em 1988, que a CNBB, “após muita pressão da comunidade negra católica, assume, como tema da Campanha da Fraternidade, ‘A Fraternidade e o Negro’. Foi o resultado da mobilização dos grupos de pastorais de base. Essa iniciativa projetou o trabalho das(os) APNs/Agentes de Pastoral Negros, que conquistaram espaços para reflexão sobre a condição sócio-econômica de homens e mulheres negros, além de despertar a Igreja à participação enquanto agente de promoção de trabalhos que respeitam a diversidade e valorizam a pluralidade cultural e étnica”.

programa, fez o seguinte registro: “O programa (da PUC) tem quase 12 anos. (...) Surgiu propriamente desta iniciativa dos vestibulares para negros e carentes”.

A parceria entre o PVNC e a PUC-Rio foi efetivada, mas quem a implementou? Este é outro momento importante da gênese da política afirmativa, que chamo de “segunda fase”, quando novos atores passaram a fazer parte do processo de consolidação do programa dentro da Universidade, aqui chamados de implementadores. Na verdade, há um número significativo de pessoas preocupadas e interessadas no programa, mas alguns sujeitos, como visto anteriormente, foram referências no seu processo de implementação e consolidação.

#### 4.4.2

#### Alguns importantes atores e suas principais motivações

##### Os atores

Inicialmente, busquei referências que me auxiliassem a identificar as pessoas fundamentais no processo de implementação e consolidação do programa afirmativo da PUC-Rio. Através da minha experiência, identifiquei seus protagonistas: a) Padre Jesus Hortal Sánchez, S.J., reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, cujo reitorado teve início em 1995. Tem uma reconhecida atuação no campo do diálogo inter-religioso; b) Professora Luiza Helena Nunes Ermel, assistente social. Começou a lecionar na PUC-Rio em 1978, no Departamento de Serviço Social, sendo sua trajetória acadêmica atravessada pela militância política<sup>50</sup>; c) Frei David, começa sua vida religiosa franciscana em 1976, quando também inicia sua preocupação com a questão racial e sua vida religiosa se combina com uma prática militante<sup>51</sup>; e d) Augusto Sampaio,

<sup>50</sup> O ativismo da professora começou no próprio diretório da PUC, nos anos de 1965 a 1968, no apogeu da ditadura militar. Posteriormente, foi atuante no Partido dos Trabalhadores e participou da organização do núcleo do PT, na baixada de Jacarepaguá. Também é uma das fundadoras do núcleo do PT da Barra da Tijuca e do Recreio dos Bandeirantes. Participou de lutas que foram históricas, como o movimento pela não separação da Barra da Tijuca, o movimento Diretas Já, o movimento pela criação das áreas ambientais do Rio de Janeiro, o movimento pró-constituição, entre outros.

<sup>51</sup> Com relação à prática militante, Frei David introduziu o Grupo de União e Consciência Negra em Petrópolis, Duque de Caxias, Saracuruna e outras regiões da baixada fluminense. Introduziu a Pastoral Operária em Petrópolis e Baixada Fluminense. Inseriu a Pastoral Penal em Campos Elíseos, a Pastoral dos Desabrigados e o Movimento dos Desabrigados em Petrópolis, e participou

professor da PUC há 38 anos, há 13 Vice-Reitor Comunitário. Tem sua atuação reconhecida pelo forte ativismo em defesa das causas sociais.

Essa identificação preliminar foi sendo confirmada através das entrevistas realizadas com os implementadores e, também, com ex-alunos oriundos do programa de ação social. Ao cruzar as referências dos próprios entrevistados, destaquei os seguintes personagens, confirmando a suposição inicial:

*Luiza Helena: “É lógico que desde o começo um ator fortíssimo foi o Departamento de Serviço Social, através da Luiza Helena. Foi fortíssimo e decisivo, pois ela iria dinamizar o departamento e ela teve a capacidade profética de ver, em uma parceria com este projeto, um instrumento fantástico de dar dinamismo, vida, nova luz ao Serviço Social do Brasil” (Frei David).*

*Augusto Sampaio: Augusto foi uma pessoa. Ele não idealizou, ele acolheu e deu direções, que só ele como Vice-Reitor e conhecendo Igreja como ele conhece. Só ele podia fazer isso” (Luiza Helena)<sup>52</sup>.*

*Padre Jesus Hortal Sánchez, S.J.: “Um fator que contribuiu foi primeiro a Reitoria dar o sinal verde. Nada disso teria acontecido sem a anuência do Reitor (...)” (Augusto Sampaio).*

*Frei David: “Sim, é exatamente com o PVNC, do Frei David dos Santos, que assinamos convênio, assegurando bolsas de estudos (Padre Hortal, S.J.).*

*Professores voluntários: “Na 2ª etapa do trabalho, os grandes atores foram todos os professores voluntários (...). Teve, portanto, muita gente, muitos voluntários na coordenação e muitos voluntários como professores” (Frei David)<sup>53</sup>.*

As entrevistas de campo foram encontros magníficos em que pude participar de uma viagem no tempo. Todos os entrevistados falaram de suas vidas e de suas utopias, sendo o programa de ação afirmativa da PUC a materialização de um sonho. Certamente, eles não podiam prever, em 1994, o impacto e a permanência do programa que então era pensado.

---

da luta pela melhoria de condições do trem de ferro na baixada fluminense. “E todas são lutas, que, graças a Deus, tiveram grandes vitórias nesse processo todo”.

<sup>52</sup> A entrevista com a professora Luiza Helena Nunes Ermel foi realizada na PUC-Rio, em 30/08/2006.

<sup>53</sup> Frei David e Augusto Sampaio também falam sobre a importância do papel desempenhado por professores e coordenadores voluntários dos pré-vestibulares no processo de consolidação da política na PUC-Rio. Considero que a participação desses atores foi fundamental para a consolidação do projeto e para a criação das redes. Seus depoimentos serão detalhados no próximo capítulo.

## As motivações

A gênese do programa de bolsa de ação social da PUC-Rio é marcada pela participação de diversos atores que tinham uma proposta única. O programa nasceu de uma mescla de intenções que foram se aglutinando, mas que tinha em comum um objetivo específico: contribuir para a consolidação de uma sociedade mais inclusiva. As trajetórias foram distintas, mas o que os uniu em uma mesma proposta foi uma perspectiva de luta pela inclusão.

A implementação desse projeto viabilizou a consumação das verdadeiras aspirações desses sujeitos em torno dos mesmos princípios. Quando perguntados sobre as razões que os/as levaram a participar deste programa, as respostas foram as seguintes: Augusto Sampaio via a possibilidade de promover a *inclusão* de alunos carentes na PUC-Rio. Para o Padre Reitor, essa proposta obedecia à missão de uma Universidade Católica com sua *vocação inclusiva*. Para a Professora Luiza Helena, este era um programa de *inclusão social* capaz de dar voz às classes populares. Para Frei David, este era um projeto capaz de *incluir* alunos negros e pobres nos bancos universitários. Os depoimentos mostram uma forte preocupação dos entrevistados com a exclusão sistemática de negros e pobres dos bancos universitários. A intenção comum é a proposta de inclusão social.

*Augusto Sampaio: “Eu sempre me preocupei muito com a ausência de pessoas carentes. Sempre achei que a PUC deveria ter uma presença significativa de pessoas pobres aqui. (...). Eu me lembro, na década de 70, tinha um único aluno negro na PUC, no CCS. (...) O que a gente pode fazer para permitir que uma pessoa pobre que vem para a PUC e que passa pelo sistema de mérito, pelo vestibular, possa fazer a faculdade? O que eu podia fazer para oferecer um programa de bolsa? Quando surge o PVNC enfim, do Frei David, a outra ponta surge (...). Acho que eu sempre quis fazer alguma coisa, sempre lutei pela inclusão e tive essa chance (...). Sempre tive, não sei por que, uma preocupação com o social muito grande. Eu sou muito sensível à miséria, à fome, ao problema dos outros”.*

*Pe. Hortal: “Veja que a PUC, pela sua própria natureza, por ser uma universidade que nasceu dos anseios da comunidade Católica, sempre teve uma vocação inclusiva. Porque isso é o característico, eu diria, da própria Igreja Católica, do próprio objetivo católico. Significa muito mais do que universal e geográfico, significa exatamente global, inclusivo. Porque Católico vem do grego *katholikós*, que significa em relação ao todo, e não a uma parte. Então, por isso, a PUC sendo uma Universidade Católica, tinha sempre essa Vocação e, por isso, emprega uma política de bolsas para alunos carentes, sempre bastante forte”.*

*Luiza Helena: “Contexto: década de 90. Primeiro (...) havia um grande problema na época, (...) que era: o povo não ter voz.”*

*Frei Davi: “O que me levou foi a convicção de que a exclusão do negro beirava o escândalo e que a Igreja Católica e todas as instituições Católicas não tinham o direito de ficar omissas. (...) Nossa intenção sempre foi criar uma política pública de inclusão do negro e outros pobres, em todas as universidades do Brasil.”*

Os quatro entrevistados trazem, em suas narrativas, dois principais aspectos. O primeiro é a insatisfação com a situação da desigualdade social brasileira e o segundo é o anseio por interferir nessa realidade. O descontentamento com a realidade desigual e o desejo de mudá-la foram os “principais ingredientes” que impulsionaram esses atores a participarem do processo de implementação e consolidação de uma nova política universitária.

O que está presente na fala dos entrevistados é uma proposta de intervenção para a mudança. Scherer-Warren (2005) chama essa conduta de “utopianismo”, que é um fator “inerente a projetos de mudança política, porque aponta para algo novo (...)”. Ou seja, acreditaram na utopia, acreditaram que podiam lutar por mudança na universidade.

O termo utopia é utilizado de várias formas e com muitos sentidos. Mas é empregado aqui o conceito elaborado por Scherer-Warren, que significa um projeto mais preciso, voltado para mudança e na qual devem ser considerados seus componentes ideológicos. Desta forma o “utopianismo”, ao mesmo tempo em que é uma crítica profunda às condições sociais de vida, é também um projeto de mudança, como contraposição e melhoria da situação social atual (Scherer-Warren, 2005).

Algumas formas de “utopianismo” dos anos 60, tais como o movimento da nova esquerda e o movimento da contracultura, que ainda influenciam o pensamento contemporâneo, nasceram a partir de críticas feitas ao nazifacismo, à falta de liberdade política e ao autoritarismo da vida cotidiana. O repensar político que nasceu a partir dessa década possibilitou a criação dos movimentos Feminista, Ecopacifista e a Teologia da Libertação, movimentos que Ilse considera como sendo alguns dos mais importantes movimentos culturais<sup>54</sup> das últimas décadas.

---

<sup>54</sup> Para Ilse (2005, p. 29), o pensamento feminista faz uso de conceitos de utopias libertárias tradicionais, tais como opressão, liberdade, igualdade, justiça. O movimento ecológico foi a herança mais genuína da nova esquerda (anos 60 e início de 70). A utopia deste novo movimento foi constituída com base na crítica à natureza destrutiva das sociedades industriais, procurando melhor relacionamento entre o homem e seu ambiente natural ou construído. Com relação à Teologia da Libertação, “ela nasce e se desenvolve enquanto expressão de problemas da realidade social latino-americana, no desejo de transcendê-la através da criação de uma sociedade mais justa e igualitária” (p. 32).

Nas décadas de 70 e 80, a estrutura da Igreja Católica vai sofrer grandes alterações, principalmente a partir de novas orientações religiosas. Segundo Solange Andrade (2006), as mudanças que a Igreja Católica começou a sofrer surgiram a partir da influência do Concílio Vaticano II (1962-1965) e das Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979). A Igreja Católica latino-americana assumiu uma nova direção que,

“primeiro em Medellín e, depois, em Puebla, inspirada no Concílio Vaticano II, fez sua *Opção pelo Pobre*, o que ocorreu por volta da década de 1970, quando alguns membros do clero acabaram se envolvendo na luta pelos direitos humanos, pelo direito à terra, enfim, tudo o que estivesse ligado ao homem marginalizado” (p. 5).

É uma nova visão do papel da Igreja e de uma prática cristã. Como será visto adiante, houve uma ação efetiva da Igreja Católica a partir da década de 50, que foi interrompida com a ditadura militar, mas que significou uma mudança de orientação para ser católico no mundo.

Essa nova Igreja, que assumiu a “opção preferencial pelos pobres” começou a atingir pessoas e grupos vinculados a instituições e grupos católicos. Essa nova direção católica se fortaleceu a partir de uma ação dirigida às classes populares, mas que também atingiu acadêmicos, políticos e ativistas que tinham uma formação de esquerda – uma perspectiva religiosa que influenciou a formação principalmente daqueles sujeitos que atuavam intensamente em organizações católicas ou vinculadas a essa organização, como no caso dos implementadores.

Os depoimentos de Frei David, Luiza Helena e Augusto Sampaio sobre a gênese do programa retratam algumas motivações que impulsionaram a participação destes atores no projeto. A influência da utopia de um catolicismo que se destacava pela opção preferencial pelos pobres e engajamento nas lutas contra as variadas formas de opressão fica clara nas suas falas. Todas as motivações tiveram influência do catolicismo, um catolicismo que priorizava a situação de exclusão social vivida pelos pobres no Brasil e a mudança dessa situação. É importante ressaltar que parte das motivações dos implementadores estava relacionada, diretamente, a fundamentos da Teologia da Libertação, enquanto, em outros depoimentos, as influências católicas não estão referidas a

---

ela. No entanto, o que há de comum é que todas elas remetem a novas formas de se pensar na questão da exclusão da universidade, ainda que de perspectivas distintas.

### **As motivações de Frei David**

As razões que motivaram Frei David a participar do processo de implementação e consolidação da ação afirmativa na PUC-Rio aparecem de forma explícita em seu depoimento e a questão racial é à base de toda sua entrevista. Um dos pontos marcantes no depoimento de Frei David é com relação ao tema das políticas de ação afirmativa, consideradas por ele um importante instrumento de reparação. Como lembra Feres (2006), a reparação é

“um argumento de grande apelo moral que justifica medidas compensatórias tanto para descendentes de africanos, os quais foram trazidos para este país à força e escravizados, como para indígenas e seus descendentes, que foram em grande parte dizimados ou, às vezes, escravizados” (p. 55).

A reparação, portanto, é um dos grandes argumentos usados por Frei David, cuja consequência mais visível é a desigualdade estrutural, como coloca Frei David em sua entrevista:

*As cotas nas universidades equivalem a uma corrida, imagine que você tem uma corrida. Imagine que duas pessoas vão fazer uma corrida. Para uma pessoa, você dá tudo: você dá médico, dá treinador, dá máquinas para treinar, dá boa alimentação balanceada, dá muito líquido para essa pessoa, dá tudo para essa pessoa. Pra outra pessoa, você não dá médico, não dá treinador, não dá equipamento, não dá alimentação, e ainda você amarra uma pedra na perna dele. Em seguida, você dá o tiro, dá largada pra corrida. Quem é que vai vencer? E todo mundo falou: ‘aquele que recebeu tudo’. Pois é, o sujeito que recebeu tudo é o cara da classe média, que tem escola boa... O sujeito que está aqui com a pedra é o negro que foi escravizado. Isso me fez lembrar que a luta pelas cotas foi uma luta muito sofrida. Foram 20 anos para conseguir ver as primeiras vitórias. E a perseverança, portanto, para mim, foi a grande marca da comunidade negra, por ter perseverado nessa meta, nessa garra, nessa luta.*

Foi a partir da realidade desigual e injusta vivida pelos negros brasileiros que Frei David convocou diversas instituições, principalmente católicas, para que deixassem de se omitir frente ao quadro de injustiça racial e participassem do processo de reversão dessa situação. A principal aspiração do Frade, que o motivou a lutar em defesa dos negros e pela consolidação de um programa de

ação afirmativa na PUC-Rio, foi o desejo de reparação. O anseio pela reparação da condição dos negros e a pressão para que instituições católicas não se omitissem são principais argumentos de Frei David:

*O que me levou foi a convicção de que a exclusão do negro beirava o escândalo e que a Igreja Católica, e que todas as instituições Católicas, não tinham o direito de ficar omissas.*

O argumento da reparação pautado num discurso de discriminação racial e dívida histórica se originou nos movimentos negros e é uma das justificativas centrais para a gênese desta política. O discurso de Frei David, no qual a questão racial é destacada, remete à própria identidade do entrevistado: a de um sujeito religioso e militante da causa negra, como foi exposto anteriormente.

Reconhece-se que o principal motivo que impulsionou Frei David a lutar pela implementação de políticas afirmativas foi o seu desejo de reparação das injustiças raciais. Pode-se dizer que os motivos que o levaram a formar o PVNC e a atuar no processo de implementação e consolidação da política afirmativa da PUC-Rio foram diversos, mas a principal causa que o moveu e, ainda o move, é a insatisfação com a situação de desigualdade racial. Essa proposta de ação pautada numa utopia libertadora simboliza a trajetória de seu trabalho como sacerdote e militante da causa social, uma luta impregnada, ideologicamente, pela perspectiva do sujeito pobre-negro, dirigida para a mudança de uma realidade de opressão e subordinação.

### **As motivações de Luiza Helena**

Ao ser indagada sobre as razões que motivaram sua participação no processo de implementação de uma política afirmativa na PUC-Rio, Luiza Helena mostrou diversos motivos. O principal motivo alegado foi com relação à ausência de autonomia das classes populares no campo das reivindicações sociais. Em seu depoimento, demonstrou a preocupação que tinha com o contexto político e social da década de 90, principalmente no que se referia à organização das classes populares e seus espaços legítimos de reivindicação. Segundo a entrevistada, a população estava organizada para a luta por direitos sociais, mas não encontrava

caminho para ser ouvida. Essa problemática é trazida, de forma veemente, em sua fala:

*Por mais que tivesse o povo organizado na favela, (...) não existiam mecanismos políticos que transformassem aquela sua necessidade em reivindicação política e conseguir aquele serviço. Você não tinha isso. Então essa era a situação: o povo se organizava, mas não tinha voz. (...) Primeiro, o contexto social, que eu via o povo organizado e sem voz. Era o pessoal da associação de moradores, os próprios partidos políticos. A organização política era recente por causa da ditadura. (...) Você tinha as Comunidades Eclesiais de Base, muito fortes, você tinha os movimentos de favelados (...) E uma luta enorme para se fazer ouvir.*

Uma grande inquietação de Luiza Helena foi com relação aos escassos mecanismos de reivindicação da população, principalmente no período de redemocratização. A população estava organizada em associações de moradores, partidos políticos, pastorais e movimentos sociais, mas os caminhos democráticos que pudessem permitir que os grupos organizados fossem ouvidos eram ainda insuficientes, impossibilitando a reivindicação dos direitos sociais. Foi nessa conjuntura que surgiram as ONGs, que passaram a ser porta-vozes dessas reivindicações. Na passagem do ano de 1980 para 1990, no Governo Collor, a ação das ONGs se expandiu para o campo da execução de políticas públicas e também no campo de assessoria aos movimentos sociais. Elas passam a mediar as relações entre setores da sociedade (governo, empresas privadas, ONGs internacionais) e as organizações populares, em favorecimento destas últimas. Desta forma, grande parte dos grupos populares organizados foi empregada pelas ONGs. A inserção de mediadores externos às comunidades deslocou o poder das mãos das lideranças comunitárias para sujeitos externos.

Luiza Helena mostra seu profundo descontentamento com relação a essa nova conjuntura política, reafirmando, através de seus depoimentos, um compromisso preferencial com as camadas populares, pela autonomia e libertação desses sujeitos das várias formas de opressão:

*Eu achava aquilo um absurdo (...) eles – sujeitos externos – passavam a empregar aquelas pessoas para desenvolver o projeto para eles. (...) Ele era meu parceiro, depois passou a ser meu patrão. E a minha grande preocupação é que aquelas pessoas continuavam sem voz.*

Uma concepção ampliada dos direitos e da cidadania, que fundamentava o novo direcionamento que se disseminava na nova organização política do país, foi

um dos principais fatores mobilizadores da participação de Luiza Helena no processo de implementação do projeto afirmativo da PUC. Sua preocupação refletia a experiência como militante e assistente social na procura de alternativas que garantissem a autonomia das classes populares.

A sua maior utopia era poder contribuir com o processo de independência e autonomia dos grupos populares, oprimidos e silenciados. Como ela mesma diz: “o povo se organizava, mas não tinha voz”. Ou seja, a sua insatisfação era com a impossibilidade que os grupos populares tinham de participar, efetivamente, dos espaços políticos como cidadãos autônomos. Sua maior motivação era buscar novos caminhos que possibilitassem uma participação legítima e efetiva.

Para Luiza Helena, a parceria entre a PUC-Rio e o PVNC tornou possível a concretização de sua maior aspiração: capacitar as lideranças populares para que pudessem, legitimamente, ocupar os espaços de liderança. A partir da consolidação da política afirmativa, a PUC-Rio passou a ser, então, um espaço legitimado, de capacitação desses sujeitos políticos. A formação universitária passou a ser vista como algo essencial para que os “sem voz” fossem ouvidos. “O que eu pensava era o seguinte: essas pessoas vão se capacitar e não vão se permitir ser escravizadas pelas ONGs. Eu não posso permitir que essas pessoas baixem a cabeça. Eles vão sair formados (...)”.

A Universidade, então, passou a ser vista como um importante espaço de capacitação dessas lideranças populares. A formação universitária daria subsídios para que esse aluno fosse o próprio intercessor junto a instituições públicas e privadas, garantindo, assim, o acesso da comunidade a órgãos de fomento e prestadores de serviço, através de seu próprio representante. O diploma universitário daria a essas lideranças a autoridade de falar pelas comunidades e mediar os próprios processos: a formação universitária prepararia o morador de comunidade de baixa renda, o morador da periferia e a liderança comunitária para reassumir o papel de porta-voz das próprias demandas. Sendo assim, segundo ela, não seria mais necessária a atuação de atores externos. Luiza Helena ainda faz uma ressalva: os “novos alunos” que viriam estudar na PUC-Rio teriam algo em comum: além de representar a comunidade; também seriam responsáveis pela garantia dos direitos de seus próprios grupos sociais. O aluno do programa de ação afirmativa deveria ser um “sujeito político” compromissado com a transformação de sua própria realidade.

Outra preocupação apresentada por Luiza Helena foi referente à crise financeira vivida pela PUC, também na década de 90<sup>55</sup>. Com a crise universitária, tornou-se urgente realizar severos ajustes na própria instituição. Uma das soluções seria o fechamento de departamentos de pequeno porte, dentre eles o Departamento de Serviço Social, que tinha um número bastante reduzido de alunos, considerado, assim, deficitário. Quando a crise na Universidade teve início, Luiza Helena foi convidada, por professores do Departamento de Serviço Social, a assumir a direção, tendo em vista seu perfil atuante e dinâmico. A professora aceitou o desafio.

Luiza Helena tinha, naquele momento, duas principais inquietações: de que maneira os grupos populares organizados poderiam ter autonomia e o que fazer para buscar alunas/os que desejassem estudar Serviço Social. Luiza Helena encontrou, no trabalho desenvolvido pelo Frei David, uma alternativa para as duas demandas:

*Como eu conhecia a Baixada Fluminense, consegui localizar Frei David. Isso foi de 1993 a 1994 (...). Quando eu cheguei à Baixada para conhecer Frei David, eu levei um susto: Frei David estava na Igreja da Matriz e todo o PVNC tinha 90 alunos. Aí, ele me explicou sua lógica: o que ele queria era o ingresso de negros na Universidade. Eu vi uma organização, ou seja, aquilo era um movimento.*

Pode-se extrair dos depoimentos anteriores que o fator de maior motivação para o engajamento de Luiza Helena no novo programa da PUC foi a possibilidade que o projeto oferecia de capacitar, profissionalmente, lideranças comunitárias e populares, preferencialmente como assistentes sociais, evitando, assim, o fechamento do Departamento de Serviço Social, uma vez que o aluno-militante escolhia, preferencialmente, fazer o vestibular e cursar Serviço Social na PUC-Rio. Esse passou a ser o novo perfil de aluno do curso de Serviço Social<sup>56</sup>.

<sup>55</sup> Conforme o site da PUC-Rio, os anos de 1990 a 1995 foram chamados de “tempos ainda mais difíceis, início do ajuste (...)”. “A Universidade começou, então, um processo de ajuste penoso, mas que traria ótimos resultados em poucos anos”. Foi um período marcado pelo término do apoio governamental, recebido pelos programas de pós-graduação e pesquisa na área técnico-científica, que, praticamente, se extinguiram em 1994.

<sup>56</sup> Na fase inicial do convênio, os alunos se matriculavam, na sua maioria, no curso de Serviço Social. Segundo depoimento de Augusto Sampaio: “Eu acho que o Departamento de Serviço Social foi quem abriu a primeira grande porta. E depois o programa foi ampliando, ampliando... (...) Olha, eu acho que numa primeira etapa ele é um programa do Serviço Social. Eu diria que eram alunos que vinham fazer vestibular para Serviço Social”.

A capacitação favoreceria a realização de uma ação profissional mais qualificada nas comunidades e periferias da cidade e o diploma universitário legitimaria esta ação. A diplomação dessa liderança facilitaria a materialização de projetos sociais e a ampliação de contatos, sem que fosse necessária a mediação de sujeitos externos. O que também motivou a participação de Luiza Helena foi a natureza do próprio projeto, seu caráter pioneiro e transformador, capaz de contemplar suas aspirações e angústias. As motivações foram várias, mas o motor responsável pela dinâmica do processo foi o projeto em si.

### **As motivações de Augusto Sampaio**

Foram vários os motivos que contribuíram para que Augusto Sampaio fizesse parte deste projeto. Entre tantos, considero a razão mais relevante a sua insatisfação acerca da exclusão de alunos carentes da universidade. É importante destacar que os diversos motivos presentes nas declarações de Augusto Sampaio, Vice-Reitor Comunitário da PUC-Rio, são permeados por princípios de justiça social, de preocupação com os pobres e com a desigualdade, e com o desejo de ser agente de mudança social. Alguns de seus depoimentos ajudam a elucidar seus motivos, que guardam uma afinidade com os princípios norteadores da Teologia da Libertação<sup>57</sup>:

- *Opção preferencial pelos pobres*

*Sempre tive, não sei por que, uma preocupação com o social muito grande. Eu sou muito sensível à miséria, à fome, ao problema dos outros. É uma característica genética. Eu não sei se tem isso, mas eu tenho.*

- *Busca de alternativas voltadas para a libertação das várias formas de exploração*

*O que eu posso fazer como Vice-Reitor Comunitário? Acho que foi isso que pensou o David: o que eu, frei franciscano, posso fazer, enquanto um homem religioso? Acho que Luiza Helena também, como uma professora de Serviço Social, uma assistente social. Agora, essas pessoas têm uma trajetória de*

<sup>57</sup> Ilse Scherer-Warren faz referência a alguns dos princípios básicos da “utopia da libertação”, que são: opção preferencial pelos pobres; engajamento nas lutas contra as diversas formas de opressão; desencadear um processo histórico de libertação dos povos latino-americanos; busca de mecanismos que permitam a libertação das variadas formas de opressão, pois todo homem deve ser o sujeito de seu destino pessoal e da história.

*preocupação, de fazer coisas, de acolhimento. Eu acho que, basicamente, é querer um país mais justo. (...) Mas sempre tive essa motivação, que é a vontade de mudar.*

- *Participação nas lutas contra toda opressão*

*Primeiro, é uma insatisfação. (...) É não estar satisfeito com o mundo, com o meu país (...). Acho que eu sempre quis fazer alguma coisa, sempre lutei pela inclusão e tive essa chance.*

Há uma forte influência dos valores religiosos na fala do Vice-Reitor, principalmente aqueles identificados com a Ação Católica, constituída a partir da década de 50, que foram importantes na sua formação:

*A igreja tem compromisso com o pobre, acho que toda a influência da minha formação de jovem com a Teologia da Libertação. A Igreja está aqui para quê? Jesus não veio ao mundo como Príncipe, ele veio como carpinteiro, como filho de carpinteiro. A PUC tem que justificar esse título de Universidade Católica.*

A Ação Católica foi um movimento que influenciou e promoveu mudanças no agir e no pensar do indivíduo cristão, que deixou de ser um membro passivo na fé e passou a ter compromisso com a transformação de questões sociais injustas. Segundo Ângela Paiva (2003), nessa nova perspectiva católica, o cristão deve ser um sujeito inserido no mundo e preocupado com questões relativas à justiça social. A “idéia de justiça social que vai levar esse cristão a ser solidário, é que vai levá-lo a uma participação social muito mais intensa” (p. 196). É o que reforça Augusto Sampaio:

*Incomoda-me essa PUC, me incomoda muito a PUC que só é a PUC da balada. (...) Essa PUC que é vista como a universidade onde se forma a fina flor da sociedade econômica do Brasil, isso me incomoda. (...) Eu sempre me preocupei muito com a presença. Sempre achei que a PUC deveria ter uma presença significativa de pessoas pobres aqui.*

A perspectiva da ação comprometida, defendida por Augusto Sampaio, espelha sua formação acadêmica, na década de 60, como aluno de Economia da PUC-Rio, universidade que foi um local importante de articulação de estudantes membros ou simpatizantes da proposta da Ação Católica:

*Eu participei do movimento estudantil, na época do solidarismo cristão, surgido com Padre Debret, na década de 60. Havia um movimento solidarista aqui na*

*PUC. Cheguei a participar um pouco da JUC, mas de uma maneira não muito permanente.*

O que Augusto chama de solidarismo e movimento solidarista é a perspectiva de solidariedade social, identificado como principal valor do pensamento social da Igreja, que se intensificou a partir da década de 50, como analisa Ângela Paiva (2003). Padre Ávila, entrevistado pela autora, fez a seguinte declaração sobre essa questão: “uma solidariedade bastante exigente, no sentido de que eu cresço na medida em que eu sou solidário no mundo” (p. 196).

A força da Ação Católica na PUC fica evidente quando analisado o conteúdo do próprio manifesto do DCE, de 1961, que defendia uma prática católica responsável pela transformação das “estruturas injustas que provocam uma imensa legião de excluídos”. Ainda seguindo o manifesto, a ação social sobre essas estruturas injustas passou a ser, portanto, um imperativo da conduta cristã: “a nós cabe uma obra prática de ação nesta realidade, uma transformação radical de mentalidades e estruturas” (*apud*, Paiva, p. 183). A palavra de ordem era engajamento nas questões sociais e ser cristão no mundo. Essas foram as idéias que marcaram Augusto Sampaio nos seus anos de estudante da PUC.

Com o pensamento voltado para questões da desigualdade social e possíveis formas de superação, é visível, no depoimento do professor Augusto Sampaio, duas principais inquietações: a ausência de estudantes de classes populares na Universidade e a Universidade voltada para formação de quadros da elite:

*A PUC do meu tempo se parecia com uma instituição da elite econômica do Rio de Janeiro. Então, como é que uma universidade católica não abre as portas, pelo sistema de mérito, para pessoas que não podem pagar? Sempre achei que tinha que ter uma política a mais.*

O aluno procedente de grupos sociais populares tinha dificuldade em ingressar na PUC: “Um dia ele aparecia aqui, pobre, morava na favela e aí a gente dava bolsa, por ser filho de uma doméstica (...). Poucos aspiravam a concorrer pelo vestibular e cursar a universidade”, uma situação considerada por Augusto Sampaio de extrema injustiça social. Mas foi na contradição presente entre justiça e injustiça social, e na urgência em agir na dimensão do social, que ele encontrou sua maior preocupação: como o aluno carente que quer cursar uma universidade ingressa na PUC? O que eu posso fazer enquanto Vice-Reitor Comunitário?

O aluno carente que chegava à PUC-Rio era encaminhado à Vice-Reitoria Comunitária para solicitação da bolsa de estudo. Entretanto, era um número bastante pequeno, havendo uma barreira invisível para essa demanda, uma auto-exclusão, uma vez que a PUC é uma universidade localizada em bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro, local de alta classe média e com perfil elitista.

*Apesar de a PUC sempre ter dado bolsa para o pobre, eram poucos. Qual era o pobre que vinha fazer o vestibular para PUC, que morava em Mesquita, em Saracuruna, na Baixada, ou mesmo aqui do Santa Marta? Não vinha para a PUC, porque isso era coisa de gente rica.*

*Mesmo antes do programa, e eu já era Vice-Reitor Comunitário, eu acolhia, porque era pobre. Chegava aqui tinha bolsa. Agora, era uma iniciativa minha pontual. Na verdade, as pessoas nem chegavam aqui. O programa foi um divisor de águas (...). Primeiro, um compromisso meu, da cabeça social que eu tenho.*

Entretanto, quando surgiu a possibilidade de reverter esse quadro, através da implementação do projeto proposto por Frei David, Augusto Sampaio encontrou resposta para suas maiores inquietações:

*Então, eu fiquei muito contente quando surge essa brecha, porque eu não sabia como fazer. Botar um outdoor na rua: olha a PUC dá bolsa para os pobres? (...) Quando surge essa brecha, nós pegamos. Que bom, não é? (...).*

*O que eu podia fazer para oferecer um programa de bolsa? Quando surge o trabalho de Frei David, a outra ponta surge (...).*

*Esse convênio que nós criamos com os pré-comunitários passou a ser uma política da instituição, anunciada pelas pessoas que trabalham com isso. Isso abriu a porta.*

O que motivou a participação de Augusto no processo de implementação e consolidação de uma política afirmativa na PUC-Rio foram suas próprias inquietações. Seu descontentamento era com a realidade da própria PUC, uma universidade que privilegiava a formação de estudantes das classes social alta e média, e que não tinha uma política de inclusão de alunos oriundos das classes populares.

A partir do momento em que a parceria entre a PUC e o PVNC foi estabelecida, pode-se dizer que nasceu uma política institucional, voltada para inclusão de alunos negros e pobres, um novo contexto que dá conta de suas maiores inquietações e que vai encontrar respaldo no Padre Reitor.

## As motivações do Padre Jesus Hortal

Os fatores que motivaram Padre Jesus Hortal a participar da implementação de uma política afirmativa na PUC-Rio foram diversos. A principal base de sua motivação é instituída na perspectiva católica, diretriz da própria Universidade<sup>58</sup>. Fica evidente em sua fala o acoplamento de funções, ao mesmo tempo em que desenvolve atividades administrativas e religiosas. Ou seja, ele é responsável pela gestão institucional, mas com uma administração sob a “inspiração da tradição humanístico-cristão da Igreja Católica”. A PUC-Rio tem um “caráter de universidade católica”.

O programa, para o Reitor, se justifica por ser direcionado para as classes populares, um dos compromissos da Igreja Católica e que consta do marco referencial da Universidade<sup>59</sup>.

“Veja que a PUC, pela sua própria natureza, por ser uma universidade que nasceu dos anseios da comunidade católica, sempre teve uma vocação inclusiva. Porque isso é o característico, eu diria, da própria Igreja Católica, do próprio objetivo católico (...). Então, por isso, a PUC, sendo uma Universidade Católica, tinha sempre essa Vocação e, por isso, emprega uma política de bolsas para alunos carentes, sempre bastante forte”.

O programa é considerado um caminho viável para inclusão de estudantes oriundos de classes populares na PUC-Rio. Nas palavras de Padre Hortal: “Realmente, como nós tínhamos o programa de bolsas, nós sempre tentamos ajudar as pessoas carentes”. Porém, a Universidade tinha dificuldade para atrair esse perfil de alunado, devido a várias barreiras, como a localização da universidade, o preço, o aluno habitual, entre outros aspectos. Desta forma, a

---

<sup>58</sup> Conforme o marco referencial da PUC-Rio, “A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro é uma instituição dedicada ao ensino, à pesquisa e à extensão. É uma universidade particular e confessional, que tem ademais um caráter comunitário, enquanto está ligada a um grupo social que aceita a inspiração da tradição humanístico-cristã da Igreja Católica e, ainda, enquanto em sua atuação se concebe como uma instituição prestadora de um serviço de interesse público”. Ver: <http://www.puc-rio.br/sobrepuc/marcoreferencial/principal.html>, acesso em 10/04/2008.

<sup>59</sup> Constam do marco referencial da PUC-Rio alguns objetivos e compromissos referentes à questão da justiça social, tal como: a PUC-Rio “almeja encarnar a opção pela pessoa humana que a caracteriza desde a sua origem, e que hoje implica o compromisso de colaborar na construção de uma sociedade baseada no respeito e na promoção de todos, de modo especial dos mais pobres e marginalizados”.

parceria entre a PUC-Rio e o PVNC favoreceu a concretização da missão universitária.

Entretanto, a preocupação do Padre Reitor não se deu apenas com relação à inclusão de estudantes carentes na universidade, mas, também, com a formação que estava sendo oferecida aos alunos “tradicionais” da PUC. Como afirma o Padre Reitor:

*Tudo isso é claro que me entusiasmou, porque também havia outro aspecto que não é só olhar para estes alunos, mas era também olhar para os alunos que eram tradicionais da PUC, que viviam uma realidade social um tanto artificial. Não era a realidade social da cidade do Rio de Janeiro. Era necessário que entrassem em contato também com populações diferentes daquelas do seu entorno familiar, e por isso a mim me alegrou muito ver essa presença maciça de alunos carentes provenientes dessas outras comunidades.*

Mais uma vez, aparece aqui a missão universitária da PUC-Rio, que se propõe a formar profissionais que estejam

“inseridos na realidade brasileira e formados para colocar a ciência e a técnica sempre a serviço do homem, colaborando através dos conhecimentos adquiridos na Universidade para a construção de um mundo melhor, de acordo com as exigências da justiça e do amor cristão”<sup>60</sup>.

Isto é, logo que assume o Reitorado da PUC-Rio, Padre Hortal se defronta com o seguinte problema: como abraçar a missão universitária, no sentido da formação de futuros profissionais inseridos na realidade brasileira e preocupados com a construção de um mundo melhor, se os estudantes desta Universidade são, em sua quase totalidade, oriundos da mesma classe social e raça? Como fazer isso se esses alunos não vivenciam uma realidade mais ampliada? Como resolver esse problema?

A implementação deste programa contribuiu para concretização de suas aspirações, colaborando na solidificação de uma universidade mais plural, real e justa, com ele mesmo enfatiza:

*A principal conquista foi a presença de um grupo forte de alunos provenientes de comunidades carentes, com características sócio-familiares bem diferentes do que era tradicional da PUC.*

<sup>60</sup> Fonte: <http://www.puc-rio.br/sobrepuc/historia/index.html>. Acesso em: 10/04/2008.

Pode-se extrair, destas colocações, a importância, vista pelo Padre Jesus Hortal, da troca de vivências entre alunos de estratos sociais diversos, para que houvesse uma formação integral do estudante universitário, pois não se pode graduar um profissional comprometido com a sociedade que seja formado “dentro de uma ilha”.

Assim, o argumento da diversidade aparece intensamente no depoimento de Padre Hortal. O entrevistado reafirma seu valor e narra seu encontro com ex-alunos da Universidade, que aprovam essa política, também a partir da justificativa da diversidade:

*Eu tenho recebido manifestações de antigos alunos, de gente de gerações passadas que, às vezes, chegam para mim e dizem quando encontro com eles: “Estive na PUC, mas a PUC está muito mudada, não é a PUC do meu tempo. É bem diferente o que eu vivi lá, que coisa boa, alunos de todos os tipos”.*

E, assim, reafirma:

*E eu digo: ‘Exatamente, é isto que nós queremos: alunos de todos os tipos’. Inclusão não é como dizia antes: dar algo a alguns. Não. É que eles se sintam em casa, que eles estejam realmente aqui participando da vida universitária. E isso me dá satisfação. Quando me encontro com eles, quando vêm as comissões falar comigo, eu não distingo se é de uma ou outra procedência; são alunos e são, realmente, gente que está formando. A Universidade está cumprindo a sua função, de formação da pessoa humana. Pessoa humana, simplesmente isso.*

A justificação contumaz do Reitor, em defesa de uma Universidade Católica mais diversa, se origina também de sua atividade como representante da CNBB, na área de ecumenismo e do diálogo inter-religioso, uma ação voltada para promoção do diálogo e o respeito às diferenças.

Pode-se dizer que o principal argumento apresentado por Padre Hortal como sendo o motivo responsável por sua adesão à política implementada na PUC-Rio é o da justiça social. Mas há um segundo motivo, bastante importante, que aparece em sua entrevista: a questão da diversidade. A preocupação do Reitor é com a inclusão social, mas uma inclusão que possibilite a diversidade. A perspectiva de uma comunidade onde as diferentes classes sociais, raça, religiões e etnias se cruzam tem empolgado o reitor da Universidade. Conforme sua fala:

*Isto me parece que é a principal conquista. Porque isso dá à Universidade uma cara muito mais condizente com a sociedade brasileira, com a sociedade do Rio de Janeiro. Então isso a mim me deu muita satisfação (...).*

## 4.5

### O processo de consolidação de uma política afirmativa

A primeira turma do PVNC nasceu em 1993. A parceria firmada com a PUC-Rio se deu em 1994 e, logo no primeiro ano, os alunos do PVNC se matriculam no vestibular da PUC. Conforme depoimento de Frei David, seis pessoas fizeram o vestibular no primeiro ano. Quatro foram aprovados e receberam bolsa de 100% de isenção. “E foi crescendo, crescendo, crescendo... Acho que teve um ano que colocamos mais de 100 pessoas numa tacada”.

Logo que comecei o trabalho de campo, o meu maior interesse era entender como o processo de consolidação da política da PUC-Rio havia se dado. Queria saber quais passos foram seguidos, quantas reuniões foram realizadas e quantos ofícios foram gerados. Minha surpresa ocorreu quando percebi que não havia uma estratégia definida de trabalho, nem sequer um documento referente à nova parceria. Este projeto foi sendo construído conforme as demandas que surgiam. Os primeiros alunos eram aprovados no vestibular, se matriculavam e começavam a cursar a Universidade. Foi a partir das primeiras experiências que o programa começou a se estruturar, conforme depoimento de Luiza Helena,

*Primeiro foi o seguinte: criou-se um fato na Universidade (...). É um processo. A gente só sistematizava depois que apanhava. Não tinha previsão, porque não tinha referência.*

Augusto Sampaio também reafirma essa condição:

*Cria um fato e agora tem que tocar pra frente. A gente foi fazendo assim.*

O fato de essa política ter sido pioneira fez com que ela se constituísse sem parâmetros e nem referências anteriores e seus formuladores tinham consciência dos possíveis resultados não premeditados de suas ações. Segundo Luiza Helena,

*Primeiro que a gente não tinha noção (...). Não havia noção de que tipo de problema ia surgir. Aliás, a gente era tão ingênuo, tão romântico, que achava que não ia ter problema algum.*

Para Augusto Sampaio, por sua vez:

*Eu acho que a ousadia, se houve, foi essa ousadia: deixa, vamos criar um problema.*

Com o tempo, essa política foi sendo desenhada, principalmente conforme a direção dada pelos seus implementadores iniciais. O que há de peculiar nesse processo são as várias funções e atividades desempenhadas por cada implementador para que o projeto se firmasse.

Pode-se inferir que a maior preocupação com a política era fazer com que ela crescesse e se solidificasse. Havia um temor inicial de que o programa não tivesse sucesso. Nos primeiros anos, pensava-se em não dar uma maior visibilidade à proposta, conforme conta Augusto Sampaio:

*Acho que todo mundo pensava (...) inicialmente que não se divulgasse muito sobre a nossa ousadia do tamanho do projeto, até para não morrer. Porque às vezes você diz: 'vou fazer' e vem alguém e diz: 'ah, não faz não.*

O temor de que houvesse um retrocesso no processo de consolidação da política fez com que o trabalho dos implementadores fosse intensificado. Entre as diversas tarefas desempenhadas pelos gestores, cabe destacar aquelas que, segundo os entrevistados, eram vitais para a sobrevivência do programa: Padre Jesus Hortal que validava a implementação do projeto na PUC; Augusto que viabilizava o trâmite interno para a inserção do aluno; Luiza Helena formulou uma política departamental ligada diretamente à nova política de bolsas da Universidade; e Frei David era responsável pela articulação entre o PVNC e a PUC. Essas atividades, reconhecidas como administrativas, foram fundamentais no processo de consolidação do programa. Entretanto, é importante salientar que uma das tarefas mais desempenhadas por esses sujeitos, na fase inicial e durante a consolidação do programa, foi o atendimento e acompanhamento dos novos estudantes, assunto do qual tratarei adiante.

Luiza Helena, como diretora do Departamento de Serviço Social e com a ajuda de alguns poucos professores, formulou uma nova política para o Departamento de Serviço Social, que passou a ter como principal objetivo a formação de lideranças comunitárias, alunos do PVNC, religiosas, dentre outros. Começou, assim, a ser implementada uma nova política departamental, vinculada à nova política universitária. Para a consolidação desse projeto político

departamental, Luiza Helena foi uma influente mediadora do processo. Sua função era trazer alunos para o curso de Serviço Social, principalmente estudantes do PVNC, lideranças de comunidades pobres, ativistas da pastoral e freiras.

*Eu ia aos locais para trazer o aluno, mobilizar o aluno para fazer o vestibular. Eles não acreditavam. Para eles, estudar na PUC era inacreditável (...). O pessoal da Baixada só veio em massa por causa do Frei David, porque senão, não vinha, não. Então, eu ia lá a todas as reuniões mensais do PVNC. Eu participei de todas. Lá, eu dizia da importância do Serviço Social, falava que o Serviço Social é, hoje, uma profissão fundamental na sociedade (...). Era uma marketeira do Serviço Social. E que a PUC dava condições para eles fazerem (...). Com isso, eu trazia o aluno para a PUC. Esse movimento de trazer era muito difícil, era um movimento constante dentro da Igreja, dentro da Comunidade Eclesial de Base, das ONGs (...). Então, eu tenho que ter muito claro na minha cabeça quem eu quero de aluno. Eu vou buscar o meu aluno. Então, eu quero os alunos que estão inseridos nas ONGs, desenvolvendo trabalhos sociais. Quem eu quero eu vou buscar. Minha função era buscar.*

O trabalho de Luiza Helena, como mediadora do processo, foi tão intenso que, na fase inicial do projeto, algumas pessoas acreditavam que a política era exclusiva do curso de Serviço Social. Segundo Augusto: “Eu acho que, na primeira etapa (do projeto), ele é um programa do Serviço Social. Eu diria que eram alunos que vinham fazer vestibular para Serviço Social. Isso é uma fase bem marcante”.

O trabalho realizado por Frei David, no processo de consolidação do programa, foi bastante árduo. Além de seu papel como sacerdote, era também responsável pelo PVNC. Mais especificamente com relação à PUC-Rio, desempenhava a função de mediar relações, muitas delas conflitivas entre o PVNC e a Universidade, e vice-versa.

*Nesses 10 anos, fizemos várias reuniões com vários setores da PUC, para cada vez garantir a continuidade do projeto. Quando dava alguma crise, eu tinha que intervir, administrar, conversar, dialogar, ponderar, administrar. Tivemos muitos conflitos, mas todos eles foram profundamente gostosos como desafios, para medir nossa capacidade de mediador. Especialmente as estratégias que usamos ao longo do projeto. A PUC dizia: ‘tem X bolsas’ e a gente colocava as X pessoas. Em seguida, usava 500 estratégias: fazia esse X virar cinco vezes X. De modo que a inclusão foi muito, muito grande, muito mais graças às estratégias que o Prof. Augusto fazia de conta que não via.*

Como Vice-Reitor Comunitário, Augusto Sampaio foi um importante articulador dessa política, tanto para aspectos internos quanto externos. Se, na fase inicial do projeto, a concessão de bolsas era uma tarefa desempenhada pela Vice-

Reitoria Comunitária, encaminhando cada caso pontualmente, conforme sua orientação, com o tempo, essa prática deixou de ser individual e passou a ser oficial. Isto significa dizer que um programa direcionado para uma perspectiva da assistência passou a se constituir como um projeto político institucional. Foi a partir da ação de vários sujeitos que essa política começou a se delinear, mas ela se transformou em política oficial a partir do momento em que se instituiu a bolsa de ação social, destinada a alunos negros e carentes que tivessem sido aprovados no vestibular da PUC-Rio e quisessem cursar a Universidade.

Padre Hortal, na sua função como reitor e legítimo porta-voz das políticas implementadas pela Instituição, foi o principal responsável pelo prosseguimento do programa. Como um entusiasta do programa, através de reuniões, ofícios, planejamentos institucionais e preleções, começou a oficializar a proposta e, assim, transformou-a em um projeto institucional. Quando perguntado sobre as etapas de desenvolvimento da política da PUC, ele faz a seguinte afirmação: “Eu não diria que poderia dividi-lo em etapas. Para mim, tem sido mais uma coisa contínua. Sempre, evidentemente, nas reuniões de Reitoria, avaliávamos qual era a nossa capacidade”.

#### **4.5.1 Novos parceiros e novas parcerias**

Os primeiros passos dados com relação à implementação deste projeto, a carta da CRB e o apoio do Reitor, fizeram com que outras propostas, algumas já desenvolvidas na Universidade por professores, alunos e funcionários, e outras externas, se somassem. A proposta, então formalizada, vai passar a ser um aglutinador de outros projetos sociais.

É importante enfatizar que, na fase inicial do programa, os alunos eram, na sua maioria, oriundos do PVNC<sup>61</sup>, embora também tivesse um pequeno número de estudantes de outros pré-vestibulares populares, Igrejas, pastorais, ONGs, lideranças políticas e comunitárias. As parcerias foram se ampliando ao longo do

---

<sup>61</sup> Segundo encontro realizado com Simone e Márcio Flávio, ex-alunos da PUC-Rio e alunos da primeira turma do PVNC (1994), “todos os alunos que entravam eram PVNC, porque só tinha o Pré-Vestibular para Negros e Carentes até 1998 (...). A partir de 1998 é que tinha mais pré-comunitário”.

processo de consolidação da nova política. A inclusão de outros grupos, no mesmo programa, se deu, principalmente, por algumas razões: a) a prática de conceder bolsas a alunos carentes era anterior ao processo de formalização do convênio. Isto ocorria devido ao caráter religioso da Universidade, que concedia, mesmo que em pequena escala, bolsas de estudo integrais; b) a determinação ideológica de alguns poucos professores da Universidade, que tinham uma articulação com diversas instituições sociais e que desejavam a inserção de alunos de classes populares, preferencialmente lideranças populares, religiosas e comunitárias, nos cursos universitários; c) a possibilidade de fechamento dos departamentos com poucos alunos; d) devido à afinidade existente entre instituições de cunho religioso e católico.

O papel desempenhado por Augusto Sampaio no processo de ampliação das parcerias se deu, principalmente, devido ao número crescente de solicitações feitas à Vice-Reitoria Comunitária. O aumento da demanda ocorreu devido à visibilidade que o projeto passou a ter, ao número crescente de pré-vestibulares comunitários e à ampliação dos contatos com outras organizações populares. O professor Augusto Sampaio, então, passou a incluir esses novos grupos sociais no programa de bolsa de ação social. Começou, então, a se delinear um novo contexto do programa: a consolidação de novas parcerias com outras organizações populares que também tivessem interesse em capacitar suas lideranças.

A partir da efetivação da parceria, outras iniciativas, mais especificamente de professores e funcionários da PUC, passaram a fazer parte do programa. Um programa que nasceu do convênio PUC-PVNC, passou também a aglutinar novas instituições sociais, estabelecendo outras parcerias. Surgiram alunos vinculados a trabalhos comunitários, inseridos em pré-vestibulares comunitários, agentes de pastoral, lideranças comunitárias, dentre outros. O programa se ampliou, mas sem perder sua proposta inicial, como registra Padre. Hortal:

*Então, se juntaram as duas coisas: os vestibulares de negros e carentes que surgiram de fora e a nossa ação alfabetizadora e de desenvolvimento dos próprios funcionários e alunos, que também começaram a organizar vestibulares para pessoas carentes do nosso entorno, sobretudo da Rocinha, no Colégio Teresiano, que também é muito importante. Parece-me que essa ação continua até o dia de hoje. Começaram dessa iniciativa e tiveram todo o apoio da Universidade. Então, como vê, vieram de três fontes, três rios diferentes que desembocaram na mesma idéia de inclusão: funcionários nossos, pré-vestibular do Colégio Teresiano e Pré-Vestibular para Negros e Carentes.*

O fato de outros grupos sociais, além do PVNC, terem sido incluídos no programa de bolsas da Universidade é um aspecto importante para análise da política institucional. Entretanto, a inserção desses grupos só se deu de forma mais representativa numa fase mais avançada do programa. Sendo assim, a principal referência, com relação à gênese do programa da PUC-Rio é o PVNC, instituição que foi idealizadora da política, com um convênio que legitimou uma nova política institucional.

Ainda nos dias de hoje, mesmo com a expansão do programa<sup>62</sup>, a parceria ainda se mantém fortalecida. Vera Candau (2004) ressalta que, entre as universidades particulares do Município do Rio de Janeiro, a PUC é a que possui, atualmente, o maior número de egressos do PVNC e da Educafro.

\*\*\*

As entrevistas realizadas com alguns dos protagonistas da política afirmativa desenvolvida na PUC-Rio foram fundamentais para compreender a gênese do programa, que nasceu, num primeiro momento, de uma articulação entre membros da própria Igreja Católica, preocupados com a questão da exclusão social, pois o programa nasceu da intenção de três sacerdotes católicos – Padre Hortal, Frei David e Padre Edenio Vale –, e seu desdobramento só foi possível com a participação de outros colaboradores.

O programa da PUC-Rio nasceu da “utopia” de seus implementadores. O principal motivo que levou Frei David a participar do processo de elaboração, implementação e consolidação da política da PUC foi o desejo de reparação da situação de exclusão e discriminação vivida por negros e negras no Brasil. Luiza Helena, por sua vez, foi movida por dois motivos: a possibilidade de as lideranças comunitárias e populares poderem ter uma formação universitária e pelo fato de esse programa poder ser uma alternativa para a crise do departamento de Serviço

---

<sup>62</sup> Mesmo ainda tendo a PUC-Rio um número bastante representativo de alunos bolsistas procedentes do PVNC e da Educafro, estudantes oriundos de outros pré-vestibulares comunitários também têm, cada vez mais, se beneficiado das bolsas de ação social da Universidade. Isto significa que o programa desenvolvido pela PUC-Rio, nos últimos anos, se expandiu e se diversificou, principalmente com a adição de novas parcerias ao projeto universitário e, também, a implementação de novas políticas. Entretanto, como proponho-me a estudar, exclusivamente, a gênese da política de ação afirmativa desenvolvida na PUC e seus impactos na vida dos estudantes bolsistas de ação social, não citarei as experiências dos alunos bolsistas oriundos do PROUNI, do ENADE ou dos novos pré-vestibulares populares e/ou comunitários.

Social. Para o professor Augusto Sampaio, sua maior motivação era com relação à insatisfação com a situação de pobreza e da injustiça social e o desejo de alterar essa situação no próprio *campus*. Para o Padre Reitor, sua principal motivação foi o desejo de construir uma Universidade mais justa e mais diversificada, e, assim, coerente com a realidade social brasileira. Portanto, foram várias motivações que se uniram e formaram uma política de inclusão de alunos pobres e negros numa universidade privada do Rio de Janeiro. Entretanto, esses protagonistas da política da Universidade, com suas motivações iniciais na década de 1990, não poderiam prever os resultados do encontro dessas propostas.

Embora as motivações possam parecer distintas, na verdade, são convergentes e levam todos os protagonistas desta história a sentimentos comuns: a indignação com a desigualdade social e o desejo de que esse quadro fosse revertido, uma diversidade de intenções que conseguiu unir esses sujeitos em prol de um projeto de política de ação afirmativa, cuja convergência de desejos, sonhos e motivações foram responsáveis pela constituição do programa desenvolvido na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. A política foi se consolidando ao longo dos últimos anos e atraindo novos atores, novos projetos sociais e outras representações políticas. Hoje, o programa faz parte da política institucional e é um aglutinador de novas práticas sociais. Depois de mais de uma década de prática continuada, pode-se, também, perguntar sobre os impactos do programa para este grupo, os estudantes bolsistas, e como se deu sua relação com o alunado tradicional da Instituição.